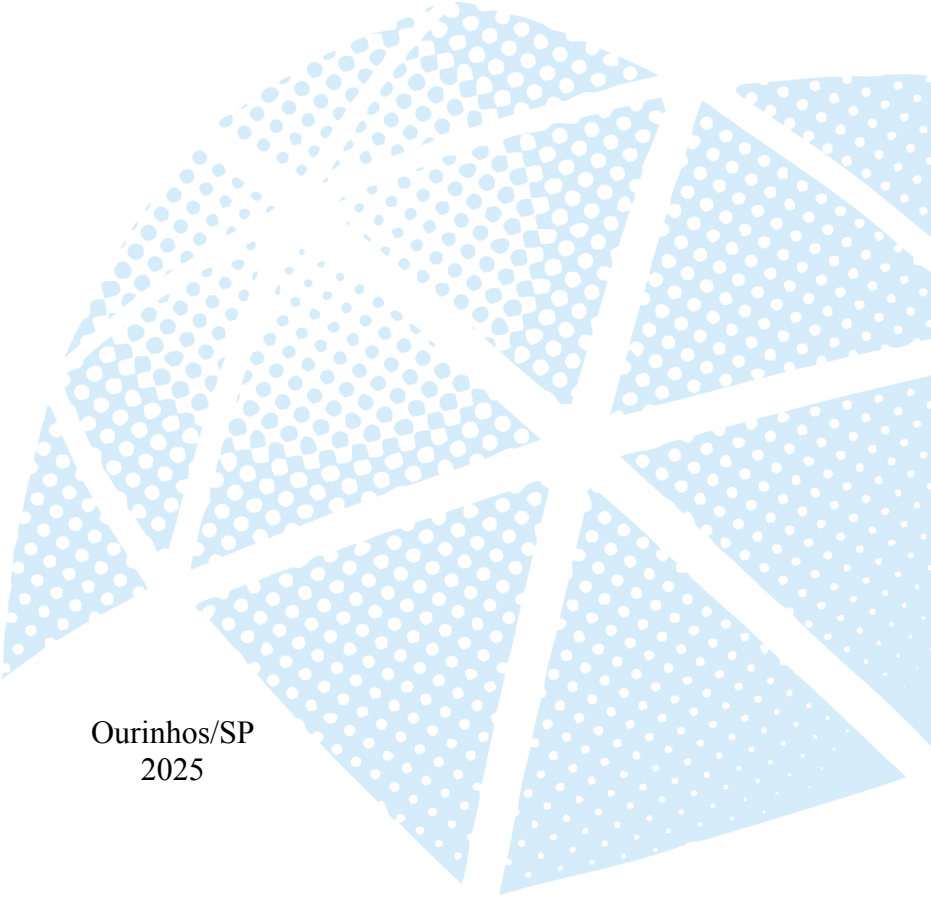


UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP
“Júlio Mesquita Filho”
Faculdade de Ciências, Tecnologia e Educação – Campus de Ourinhos

MARIA HELENA GOMES DOS SANTOS

**RACISMO, GÊNERO E LUTA POR DIREITOS: O trabalho das mulheres negras
catadoras de materiais recicláveis e a construção da resistência coletiva**

Ourinhos/SP
2025



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP

“Júlio Mesquita Filho”

Faculdade de Ciências, Tecnologia e Educação – Campus de Ourinhos

**RACISMO, GÊNERO E LUTA POR DIREITOS: O trabalho das mulheres negras
catadoras de materiais recicláveis e a construção da resistência coletiva**

MARIA HELENA GOMES DOS SANTOS

Trabalho de conclusão de curso apresentado à banca
examinadora para obtenção de título de Bacharel em
Geografia pela Unesp – Faculdade de Ciências,
Tecnologia e Educação – Campus de Ourinhos.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Dornelis Carvalhal

Ourinhos/SP

2025

S237r

Santos, Maria Helena Gomes dos

Racismo, gênero e luta por direitos: : O trabalho das mulheres
negras catadoras de materiais recicláveis e a construção da resistência
coletiva / Maria Helena Gomes dos Santos. -- Ourinhos, 2025
67 f.

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Geografia) -
Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências,
Tecnologia e Educação, Ourinhos

Orientador: Marcelo Dornelis Carvalhal

1. Geografia. 2. Trabalho. 3. Questões raciais e de gênero. I. Título.

MARIA HELENA GOMES DOS SANTOS

**RACISMO, GÊNERO E LUTA POR DIREITOS: O trabalho das mulheres negras
catadoras de materiais recicláveis e a construção da resistência coletiva**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Faculdade de Ciências, Tecnologia e Educação – Campus de Ourinhos/SP, para obtenção do
título de Bacharel em Geografia.

Data da defesa: 13/11/2025

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Marcelo Dornelis Carvalhal

Prof. Dra. Luciene Cristina Risso

Prof. Yume Kikuda Silveira

Dedico este trabalho à minha mãe, à minha tia e ao meu tio.
Foram vocês que, sob muito sol, fizeram-me chegar até aqui, na sombra.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Marcelo Dornelis Carvalhal, meu orientador, por ter aceitado o desafio de me guiar nesta pesquisa e em tantas outras ao longo da graduação. Agradeço pela confiança, pela escuta atenta e pela liberdade de explorar temas nos quais eu acreditava e que me moviam de verdade. Sua dedicação e sensibilidade foram fundamentais para que eu me descobrisse como aluna e pesquisadora, com mais autonomia, curiosidade e compromisso com o conhecimento.

À minha família, que me sustentou com amor e apoio em todos os momentos desta caminhada. À minha mãe, Ruth, minha base e porto seguro, por toda a força, paciência e carinho que me guiaram até aqui. Aos meus tios, Isabel e Nelito, que estiveram presentes como verdadeiros pais, oferecendo incentivo, cuidado e afeto quando mais precisei. Tudo o que sou e o que conquistei carrega um pouco de cada um de vocês e do amor que sempre me cercou. Aos meus irmãos, Eduardo, Gabi, Lenita, Robson e JP, por serem parte essencial da minha história. Mesmo quando distantes, foram presença constante e lembraram-me da importância das pequenas alegrias e do valor de ter com quem compartilhar o caminho.

Aos meus amigos, que tornaram o percurso mais leve com o companheirismo e as risadas necessárias. Ana, Gabriel e Nath, que começaram essa jornada comigo e seguem ao meu lado, mesmo quando os rumos se separam, obrigada pela amizade que resiste ao tempo e às distâncias. À minha família compromisso, Juan, Sarah, Lucas, Carol, Gabriel e Liz, por me darem uma casa longe de casa e me fazerem sentir menos alienígena no mundo. Com vocês aprendi que o lar é feito de afeto, partilha e cuidado. Liz, especialmente, obrigada por me ensinar a ter coragem e a confiar em mim mesma quando o medo parecia maior.

À nova geração que leva adiante o legado da família compromisso, MPB, Jobs, RPG, desejo sabedoria e coragem para tudo o que a vida exigir. Que vocês também encontrem nos vínculos e nas amizades o mesmo sentido de pertencimento e força que me sustentou até aqui.

Aos professores e funcionários do curso de Geografia, que me ofereceram não apenas conhecimento, mas também o estímulo para pensar criticamente o mundo e o meu lugar nele. Cada aula, orientação e conversa contribuíram para a construção do olhar que trago hoje. À Unesp Ourinhos, pelo espaço de aprendizado e convivência, pela infraestrutura e, sobretudo, por ter sido um território de formação acadêmica e humana, onde aprendi não apenas sobre o mundo, mas também sobre mim mesma.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso analisa as experiências de trabalho de mulheres negras catadoras de materiais recicláveis em uma cooperativa em Campinas, buscando evidenciar os limites estruturais da exclusão e as possibilidades de construção de autonomia e pertencimento. Historicamente, a participação feminina na sociedade e no mundo do trabalho foi negada e invisibilizada pela narrativa oficial. No contexto brasileiro, embora a presença das mulheres no mercado de trabalho tenha se ampliado nas últimas décadas, essa inserção não significou uma democratização efetiva do acesso. As oportunidades continuam distribuídas de forma desigual, afetando de modo mais intenso as mulheres negras, que enfrentam simultaneamente as barreiras de gênero, raça e classe. Fundamentado nas perspectivas teóricas de Lélia Gonzalez, Gerda Lerner, Silvia Federici e Maria Mies, o estudo investiga a formação social brasileira marcada pela articulação entre capitalismo, patriarcado e racismo, estrutura que historicamente relegou a mulher negra a uma tripla exclusão: social, racial e sexual. A pesquisa de campo, realizada em uma cooperativa de catadoras de materiais recicláveis em Campinas, evidencia, a partir da trajetória de Cecília e das demais cooperadas, como a precarização do trabalho é imposta a mulheres negras, confinando-as a um ciclo restrito de oportunidades. O trabalho na cooperativa, contudo, representa uma alternativa de sobrevivência e uma recusa à subordinação e à exploração típicas dos empregos formais. Ainda que permeadas por contradições, as cooperativas configuram espaços de resistência, solidariedade e reconfiguração coletiva, nos quais essas mulheres constroem dignidade e se afirmam como sujeitos políticos e históricos.

Palavras-chave: Mulheres Negras; Interseccionalidade; Trabalho; Catadoras de Reciclagem; Cooperativismo; Resistência.

ABSTRACT

This undergraduate thesis analyzes the work experiences of Black women waste pickers in a recycling cooperative in Campinas, seeking to highlight the structural limits of exclusion and the possibilities for building autonomy and belonging. Historically, women's participation in society and in the world of work has been denied and rendered invisible by the official narrative. In the Brazilian context, although women's presence in the labor market has expanded in recent decades, this inclusion has not resulted in an effective democratization of access. Opportunities remain unequally distributed, affecting Black women more intensely, as they simultaneously face the barriers of gender, race, and class. Grounded in the theoretical perspectives of Lélia Gonzalez, Gerda Lerner, Silvia Federici, and Maria Mies, this study investigates the Brazilian social formation shaped by the intersection of capitalism, patriarchy, and racism, a structure that has historically relegated Black women to a triple exclusion: social, racial, and sexual. Field research conducted in a recycling cooperative in Campinas reveals, through the trajectory of Cecília and the other members, how labor precarization is imposed on Black women, confining them to a restricted cycle of opportunities. However, work within the cooperative represents both a survival strategy and a form of refusal against the subordination and exploitation typical of formal employment. Although marked by contradictions, cooperatives emerge as spaces of resistance, solidarity, and collective reconfiguration, where these women construct dignity and assert themselves as political and historical subjects.

Keywords: Black Women; Intersectionality; Labor; Waste Pickers; Cooperativism; Resistance.

LISTA DE SIGLAS

- CadÚnico: Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
- CF: Constituição Federal de 1988.
- CONSIMARES: Consórcio Intermunicipal de Manejo de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana de Campinas.
- DIEESE: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.
- IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- ICT-DIEESE: Índice da Condição do Trabalho - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.
- IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
- LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996).
- MIR: Ministério da Igualdade Racial
- ONU Mulheres: Organização das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres.
- PNAD Contínua: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.
- RAIS/MTE: Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego.
- RASEAM: Relatório Anual Socioeconômico da Mulher.
- SENAPIR: Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
- SEPPIR/PR: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República.
- SIS/IBGE: Síntese de Indicadores Sociais / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- SPM/PR: Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	9
2. GÊNERO, TRABALHO E HISTÓRIA: A inserção feminina na sociedade pré-capitalista e capitalista	16
2.1 Mulher nunca foi alheia ao trabalho	16
2.2 Origens do patriarcado e a construção da dominação de gênero.	17
2.3 Mulheres e trabalho na transição do feudalismo ao capitalismo: a construção histórica da subordinação feminina.	20
2.4 Transformações produtivas e permanências desiguais: gênero e trabalho no século XXI	23
3. MULHERES NEGRAS: exclusão e resistência no trabalho	28
3.1 Mulheres negras na história colonial e escravista	28
3.2 Trabalho doméstico como única opção pós-abolição	30
3.3 Exclusão institucionalizada e naturalização da marginalização da mulher negra	37
3.4 Educação, economia e trabalho como instrumentos de exclusão	39
3.5 Trabalho e renda.	41
4. RESISTÊNCIA E PROTAGONISMO: autonomia e organização coletiva	45
4.1 Entre a precarização e a busca por autonomia.	46
4.2 Recusando a escravidão: Da auxiliar de limpeza à chefe de si mesma	52
4.3 Burocracia e persistência coletiva	56
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS	62

1. INTRODUÇÃO

Historicamente, as mulheres sempre ocuparam um lugar central na construção da sociedade, ainda que a História escrita tenha insistido em negar sua participação. Conforme ressalta Gerda Lerner (2019), a atuação feminina ultrapassava o âmbito da reprodução e das tarefas domésticas, abrangendo a produção de saberes, valores e modos de interação que estruturaram os sistemas sociais. Essa contradição, entre a presença essencial das mulheres na memória coletiva e sua invisibilidade nos registros oficiais, marca o ponto de partida para a reflexão sobre o acesso feminino ao mundo do trabalho e as desigualdades que o atravessam.

No Brasil, embora a igualdade formal de direitos entre homens e mulheres tenha sido reconhecida apenas com a Constituição Federal de 1988¹ e a participação feminina na força de trabalho tenha se ampliado nas últimas décadas² (IBGE, 2025), a massificação da inserção laboral não corresponde à democratização efetiva do acesso. As oportunidades seguem distribuídas de maneira desigual, especialmente para as mulheres negras, que enfrentam simultaneamente as barreiras de gênero, raça e classe.

De acordo com Lélia Gonzalez (2020), o desenvolvimento desigual e combinado da sociedade brasileira manteve a população negra em uma posição estruturalmente marginalizada. Para a mulher negra, essa exclusão assume um caráter triplo: social, racial e sexual, o que a concentra em ocupações de baixa remuneração e prestígio, geralmente nos setores que absorvem a força de trabalho menos qualificada (GONZALEZ, 2020, p. 99). Essa configuração de desigualdades não é natural, mas resultado da construção histórica do patriarcado (LERNER, 2020, p.145), sistema que consolidou o trabalho doméstico e o cuidado como atribuições femininas, desprovidas de reconhecimento social e econômico.

É nesse contexto de persistente subalternização que se inserem as mulheres que sobrevivem da catação de materiais recicláveis. A análise do trabalho dessas mulheres negras é central, pois revela as contradições estruturais da formação social brasileira, marcada pela

¹ A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, assegurou importantes avanços legais, como o reconhecimento da família formada por qualquer dos genitores, a igualdade no exercício de direitos conjugais, a proibição de discriminação salarial e de gênero na admissão ou demissão, além da garantia da licença-maternidade e da proteção à mulher no mercado de trabalho. **Fonte:** BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 jul. 2025.

² Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) indicam que, no quarto trimestre de 2023, o Brasil contava com 90,6 milhões de mulheres com 14 anos ou mais, das quais 47,8 milhões integravam a força de trabalho. A taxa de participação feminina passou de 52,1% para 52,6% em relação ao segundo trimestre do mesmo ano (BRASIL, 2025). **Fonte:** BRASIL. *Ministério das Mulheres. Relatório Anual Socioeconômico da Mulher – RASEAM 2025*. Brasília: Ministério das Mulheres, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/>. Acesso em: 10 set. 2025.

intersecção entre capitalismo, patriarcado e racismo. Compreender suas trajetórias e estratégias de resistência permite evidenciar a potência de sujeitos historicamente invisibilizados e marginalizados, mas que seguem produzindo modos próprios de organização e sobrevivência.

A escolha deste tema, contudo, não é apenas teórica, mas profundamente pessoal. Como mulher negra, filha de pais da classe trabalhadora e descendente de mulheres que sofreram diretamente com a escravidão e seus resquícios, esta pesquisa é uma forma de usar a minha voz dentro de um espaço privilegiado, a universidade, para honrar aquelas que não puderam ocupar esse lugar. É também um gesto de reconhecimento da força coletiva das mulheres negras que, mesmo diante da exclusão e da precarização, continuam reconstruindo caminhos de autonomia e dignidade. Nessa perspectiva, o trabalho se organiza em três capítulos: O primeiro aborda o percurso histórico da mulher no mundo do trabalho, desde o período pré-capitalista até a nova divisão internacional e nacional do trabalho, analisando como o surgimento do patriarcado foi um dos pilares que moldaram sua inserção na sociedade e nas relações produtivas. O segundo capítulo se debruça sobre as mulheres que ficaram à margem desses avanços, as mulheres negras, discutindo seus caminhos, desafios e exclusões históricas no mundo do trabalho. Por fim, o terceiro capítulo apresenta a pesquisa de campo realizada em uma cooperativa de catadoras de materiais recicláveis, analisando sua inserção nas dinâmicas urbanas e nas formas de organização coletiva, considerando as contradições entre exploração e resistência. Essa parte busca evidenciar como essas mulheres constroem pertencimento, solidariedade e autonomia dentro de um contexto de exclusão estrutural.

Para concluir, reconhece-se que as cooperativas de catadoras, embora se apresentem como alternativas à precarização do trabalho, expressam uma natureza dual (PAGOTTO, 2019, p. 446-447). Se, por um lado, podem reproduzir relações de exploração na esfera da circulação, por outro, constituem espaços de resistência e articulação coletiva, nos quais emergem formas próprias de organização e reivindicação social. O presente estudo propõe, portanto, analisar como as experiências das mulheres negras catadoras de materiais recicláveis revelam tanto os limites estruturais da exclusão quanto as possibilidades de construção de autonomia e pertencimento, reconhecendo-as não como objetos de análise, mas como sujeitos políticos e históricos que constroem, no cotidiano, novas formas de existência e resistência.

Justificativa

O presente trabalho torna-se relevante em razão da necessidade de compreender as condições e contradições vividas pelas mulheres negras trabalhadoras, com o recorte nas catadoras de material reciclável, inseridas em um contexto de desigualdades históricas e estruturais que ainda marcam profundamente o mundo do trabalho no Brasil. A pesquisa busca ir além da constatação da desigualdade para analisar os mecanismos que a perpetuam e as formas de resistência que dela emergem.

Embora avanços importantes tenham sido conquistados nas últimas décadas, como a Constituição Federal de 1988 e a criação de outras normas como o Estatuto da Igualdade Racial, a Lei de Cotas e a recente Lei de Igualdade Salarial, que representam mudanças na proteção formal das mulheres e da população negra, o estudo demonstra que tais dispositivos legais não alteram automaticamente as estruturas sociais e econômicas que reproduzem desigualdades históricas.

Apesar da intensificação da participação feminina no mercado de trabalho a partir da década de 1970, as mulheres negras permaneceram sub-representadas e ocupando posições mais precárias, com menor valorização econômica e simbólica. Isso evidencia que as estruturas de exclusão persistem, mantendo-as em posições marginalizadas tanto materialmente quanto no imaginário brasileiro. A territorialização do feminino continua sendo determinada por dinâmicas patriarcais, racistas e de classe que impõem restrições quanto aos lugares que essas mulheres podem ocupar.

No entanto, é importante destacar que essas condições adversas, inerentes a um sistema capitalista que necessita de pessoas excluídas para se sustentar, sendo a mulher negra a base dessa pirâmide, também produzem pontos de resistência. A pertinência deste estudo se intensifica ao observarmos que, na Geografia do Trabalho, o trabalho com a reciclagem, embora estigmatizado e marcado pela ausência de direitos, revela estratégias de sobrevivência, resistência e organização coletiva. As cooperativas e grupos formados, muitas vezes por mulheres, tornam-se territórios de acolhimento, luta e ressignificação.

Nesse sentido, este trabalho se justifica não apenas pela urgência de ampliar o debate sobre as desigualdades estruturais que atravessam o mundo do trabalho e a tripla opressão (social, racial e de gênero) enfrentada por essas mulheres, mas, sobretudo, pela importância de reconhecer e valorizar as formas de organização e resistência protagonizadas por mulheres

negras. A pesquisa busca compreender como elas, a partir de suas experiências concretas, produzem sentidos, resistem e constroem novos territórios de vida e dignidade, questionando, rejeitando e combatendo a lógica de exploração do sistema. A Geografia do Trabalho oferece, portanto, instrumentos analíticos fundamentais para compreender essas contradições e destacar as formas de resistência que emergem nos territórios populares.

A relevância desta investigação reside por buscar compreender as condições e contradições vividas pelas mulheres negras trabalhadoras, com recorte nas catadoras de material reciclável, em um contexto de desigualdades históricas e estruturais que ainda atravessam o mundo do trabalho no Brasil. A pesquisa não se limita a registrar essas desigualdades, mas procura analisar os mecanismos que as mantêm e as formas de resistência que surgem a partir delas.

Objetivo Geral

O trabalho tem como objetivo geral investigar como as mulheres negras catadoras de material reciclável enfrentam as condições adversas de trabalho e desenvolvem formas de resistência e autonomia, evidenciando a produção de pertencimento e a reconfiguração das relações sociais, mesmo em um contexto de precarização e marginalização material, dentro do sistema capitalista excludente

Para alcançar o objetivo geral, o trabalho tem como objetivos específicos:

- a. Analisar criticamente a permanência das estruturas de exclusão (raça, gênero e classe) que marginalizam as mulheres negras, posicionando-as na base da precarização do trabalho, apesar dos avanços formais na legislação.
- b. Analisar os impactos da informalidade e da precarização sobre a vida das mulheres negras que atuam na reciclagem, considerando os marcadores sociais da diferença e a forma como a vulnerabilidade material e simbólica se manifesta no espaço de trabalho.
- c. Identificar e examinar as estratégias de organização coletiva que buscam romper com os ciclos de exclusão, mostrando como esses espaços se tornam territórios de luta, acolhimento e ressignificação que confrontam a lógica exploratória.
- d. Refletir sobre os limites e as possibilidades da mobilidade social horizontal vivenciada pelas mulheres negras dentro das cooperativas, considerando suas trajetórias, perspectivas e vivências na construção de autonomia e pertencimen

Metodologia

Este estudo baseia-se na abordagem qualitativa, articulada à pesquisa bibliográfica. A pesquisa qualitativa tem como propósito compreender e interpretar a vida social a partir da perspectiva dos sujeitos envolvidos. Segundo Denzin e Lincoln (2005) a metodologia da pesquisa qualitativa:

"trata-se de uma atividade situada que insere o pesquisador no mundo e se constitui por um conjunto de práticas interpretativas e materiais que tornam visíveis aspectos da realidade social que não seriam acessíveis por métodos quantitativos" (DENZIN; LINCOLN, 2005 *apud* FLICK, 2009, p. 28).

A pesquisa buscou se aproximar da realidade vivida pelas mulheres que atuam em uma cooperativa de reciclagem localizada em Campinas, com o objetivo de compreender, de forma prática e participativa, os desafios e transformações enfrentados por essas trabalhadoras, especialmente mulheres negras, na gestão e vivência cotidiana do trabalho coletivo. O foco principal foi a trajetória de Cecília (nome fictício), presidente da cooperativa, cuja liderança permitiu compreender as dinâmicas internas de organização, resistência e autonomia.

Para Gonzalez (2020), é importante chamar atenção para essas figuras do povo, “mulheres lutadoras, mulheres inteligentes, com uma capacidade de percepção muito grande das coisas”, para não nos distanciarmos da realidade vivida e cairmos em abstracionismos, produzindo teorias enquanto o povo observa a realidade de outra forma (GONZALEZ, 2020, p. 287). Essa perspectiva orientou a condução da pesquisa de campo: mesmo compartilhando marcadores de raça e gênero, reconheço que meu percurso acadêmico e minha inserção na universidade me colocam em um espaço relativamente privilegiado, distante de muitas das intersecções de classe, gênero e raça que essas mulheres enfrentam diariamente. Conversar e conviver com elas permitiu compreender suas experiências concretas, aproximando a análise acadêmica da realidade vivida.

O estudo adotou abordagem qualitativa, priorizando o diálogo e a escuta das mulheres envolvidas. Foram realizadas doze entrevistas com integrantes da cooperativa, contemplando diferentes perspectivas de atuação. Antes das entrevistas presenciais, houve contatos preliminares com Isabel via mensagens e ligações, estabelecendo confiança e aproximação. Posteriormente, ocorreram duas conversas presenciais, aprofundando questões relativas à história da cooperativa, dificuldades enfrentadas e estratégias coletivas de resistência e permanência.

A pesquisa se orientou por uma escolha epistemológica consciente: trabalhar exclusivamente com produções teóricas de autoras mulheres. Embora essa decisão tenha apresentado limitações, como a menor diversidade de certos conteúdos e a ausência de algumas referências tradicionais, ela foi mantida propositalmente, pois priorizar a análise a partir de uma perspectiva feminina constitui um gesto político e acadêmico de valorização das vozes historicamente silenciadas. Mesmo quando algumas questões são tradicionalmente abordadas por teorias de autores clássicos homens, esta pesquisa optou por reinterpretá-las e analisá-las sob a perspectiva das autoras mulheres, oferecendo um olhar crítico e diferenciado, sem se afastar do rigor acadêmico.

Na fundamentação teórica geral, utilizaram-se autoras como Angela Davis, Maria Mies, Gerda Lerner e Silvia Federici, permitindo compreender dimensões históricas, materiais e simbólicas da opressão de gênero no desenvolvimento do capitalismo. Ao abordar especificamente a trajetória de mulheres negras brasileiras, priorizou-se autoras nacionais, como Lélia Gonzalez, Juliana Teixeira, Sueli Carneiro e Beatriz Nascimento, para refletir sobre a realidade social, histórica e cultural do país.

Como pesquisadora, considero especialmente significativa a reflexão de Socorro Acioli (2023), que resume a importância de trazer vozes brasileiras para nossas análises: Sou brasileira e acho que isso sempre foi a coisa mais importante a descobrir direito, o que é isso, o que trouxe comigo que só existe porque sou uma criatura do Brasil (ACIOLI, 2023, p.76). Essa citação sintetiza a perspectiva que orienta o trabalho: reconhecer e valorizar saberes produzidos por mulheres brasileiras, especialmente negras, que, a partir de suas vivências, constroem leituras próprias sobre o trabalho, o território e as múltiplas formas de resistência feminina.

A investigação integrou análise de produções científicas e observação sistemática em campo. As visitas à cooperativa e as entrevistas permitiram registrar práticas cotidianas, percepções e trajetórias das mulheres envolvidas, articulando teoria e prática, experiência e reflexão, para compreender o papel das mulheres na construção de territórios de trabalho e resistência.

No que se refere aos procedimentos éticos, todas as participantes foram informadas sobre os objetivos da pesquisa e autorizaram voluntariamente a utilização de seus relatos. Para preservar suas identidades e proteger informações sensíveis, optou-se pelo uso de nomes fictícios, respeitando histórias de vida pessoais e críticas feitas a instituições privadas e

governamentais vinculadas à cooperativa. Essa medida garante que os relatos utilizados sejam autênticos, preservando o respeito e a responsabilidade com as participantes. A condução do trabalho atendeu, portanto, aos princípios éticos da pesquisa em ciências humanas, pautados na escuta sensível, no consentimento e no compromisso de representar fielmente as vozes das mulheres envolvidas.

2. GÊNERO, TRABALHO E HISTÓRIA: A inserção feminina na sociedade pré-capitalista e capitalista

2.1 Mulher nunca foi alheia ao trabalho

Quando se aborda a questão da mulher sob a perspectiva do trabalho, autoras como Heleieth Saffioti (1976), Maria Mies (2022) e Gerda Lerner (2019) destacam que, as mulheres sempre desempenharam papel ativo nas atividades produtivas em diferentes sociedades e períodos históricos. Essa participação não se restringe ao período moderno, mas, ao longo do tempo, foi sistematicamente invisibilizada.

Em sociedades pré-capitalistas, ou seja, em um período anterior às revoluções agrícola e industrial, observa-se que “a mulher das camadas sociais diretamente ocupadas na produção de bens e serviços nunca foi alheia ao trabalho. Em todas as épocas e lugares tem ela contribuído para a subsistência de sua família e para criar a riqueza social” (SAFFIOTI, 1976, p.17).

Nesse contexto, Saffioti (1976) evidencia que, ao longo desses períodos, as mulheres trabalhadoras desempenhavam uma variedade de atividades que ultrapassavam o espaço doméstico. Atuavam na manufatura, no cultivo da terra, na produção artesanal, no comércio, na mineração e em diferentes formas de produção mercantil. Ainda que muitas vezes acumulassem as responsabilidades do lar, suas atividades possuíam valor econômico direto e eram reconhecidas como parte fundamental dos processos produtivos, contribuindo tanto para a subsistência familiar quanto para a dinâmica da riqueza social.

A família, nesse período, era concebida como uma unidade produtiva. Como observa a autora, “enquanto a família existiu como uma unidade de produção, as mulheres e as crianças desempenharam um papel econômico fundamental” (SAFFIOTI, (1976, p. 17). Dessa forma, o que atualmente se denomina trabalho doméstico consistia na produção de bens de consumo direto, que também possuíam valor de troca, contribuindo para a circulação econômica e para a riqueza social. Essas atividades beneficiavam não apenas a economia familiar, mas também a comunidade, não se restringindo apenas à manutenção da vida privada ou da casa.

A partir da reflexão sobre o papel das mulheres nas atividades produtivas e na economia social no contexto da organização das sociedades antigas, observa-se que esse período é relevante para compreender a construção histórica das origens da relação opressiva

entre os sexos. Como adverte Saffioti (1976), o problema central não consiste apenas em identificar quando surgiu a divisão de tarefas entre homens e mulheres, uma vez que, em muitas sociedades antigas, essa divisão se estabelecia de forma complementar, sem uma hierarquia rígida como aquela verificada nas sociedades pré-capitalistas. A questão essencial é compreender por que, em determinado momento, essa divisão passou a configurar uma relação de dominação e exploração, isto é, quando a diferença deixou de ser apenas funcional para se transformar em desigualdade.

2.2 Origens do patriarcado e a construção da dominação de gênero.

Dessa forma, ao analisarmos esse período, torna-se evidente que, antes da institucionalização do capitalismo como modelo econômico hegemônico e da divisão sexual do trabalho, as relações entre os sexos ainda não estavam plenamente definidas. Por volta de 10.000 a.C., o patriarcado, tal como se compreende atualmente, ainda não havia se estruturado, constituindo-se como uma construção histórica posterior (LERNER, 2019, p. 40-42). Segundo Lerner (2019), o patriarcado não surgiu de forma abrupta ou em um único momento, mas constituiu-se gradualmente, acompanhando transformações sociais, econômicas, políticas e culturais. Esse processo foi desigual e não ocorreu de maneira uniforme nas sociedades do Antigo Oriente Próximo

Embora a formação de estados arcaicos, que acompanhou ou coincidiu com grandes mudanças econômicas, tecnológicas e militares, tenha trazido consigo mudanças distintas nas relações de poder entre homens e entre homens e mulheres, não havia, em lugar algum, evidências de “subversão”. O período do “estabelecimento do patriarcado” não foi um “evento”, mas um processo que se desenrolou durante um espaço de tempo de quase 2.500 anos, de cerca de 3100 a 600 a.C. Aconteceu, mesmo no Antigo Oriente Próximo, em ritmo e momento diferentes, em sociedades distintas. (LERNER, 2019, p.40)

Para compreender a consolidação do patriarcado e suas implicações nas relações de gênero, é necessário considerar um problema que Lerner (2019) e Mies (2022) identificam como central nos estudos sobre gênero: a concepção de que a desigualdade entre homens e mulheres seria algo “natural”, frequentemente explicada pelo determinismo biológico. Segundo Mies (2022), “esse conceito tem sido usado para explicar as desigualdades sociais ou as relações de exploração como algo inato e, por tanto, fora do alcance da mudança social” (MIES, 2022, p.111).

Lerner (2019) explica que a concepção determinista, amplamente difundida no passado e já refutada por evidências antropológicas, segundo a qual o homem caçador teria sido o centro da sobrevivência das sociedades pré-históricas, exerceu forte influência na forma como se construiu a percepção social sobre os papéis de gênero. Essa interpretação não apenas moldou a narrativa histórica, mas também tem servido como justificativa para sustentar a ideia de supremacia masculina ainda na sociedade contemporânea.

Em contraposição a essa visão, Lerner (2019) demonstra que nas sociedades do Paleolítico e do Neolítico, organizadas em grupos nômades, havia maior equilíbrio na divisão das funções sociais.

Encontraram sociedades nas quais a assimetria sexual não tinha conotação de dominação ou submissão. Em vez disso, as tarefas realizadas por ambos os sexos eram indispensáveis para a sobrevivência do grupo, e o status de ambos os sexos era considerado igual na maioria dos aspectos. Nessas sociedades, os sexos eram considerados “complementares”; seus papéis e status eram diferentes, mas nivelados. (LERNER, 2019, p. 55)

Mies (2022) também argumenta que o ponto central das origens da organização social humana está na produtividade feminina, reforçando a visão de Lerner (2019) sobre a importância das mulheres na sobrevivência coletiva. Lerner explica que essa sobrevivência estava diretamente vinculada às atividades desempenhadas pelas mulheres, especialmente aquelas relacionadas à reprodução, ao cuidado com crianças e à coleta de alimentos. Diante das condições extremas e da baixa expectativa de vida, estimada entre 30 e 40 anos, era indispensável que grande parte das mulheres em idade fértil se dedicasse à maternidade, o que evidencia a centralidade do papel materno nesse período (LERNER, 2019, p. 87).

Nesse sentido, Mies (2022) complementa que a produtividade feminina constitui a base da sobrevivência humana, não apenas por gerar novas vidas, mas principalmente por garantir a subsistência diária. Como a caça era incerta e considerada uma “economia de risco”, a coleta de grãos, vegetais e mariscos proporcionava maior estabilidade e continuidade à vida. Essa perspectiva reforça Lerner (2019) ao evidenciar que a sobrevivência diária das sociedades primitivas dependia fundamentalmente da coleta realizada pelas mulheres, e não da caça. A realidade descrita deu origem a crenças, valores e tradições que legitimaram tais práticas, constituindo uma primeira forma de divisão do trabalho baseada em fatores reprodutivos. Com o avanço das técnicas de subsistência, sobretudo com a introdução da caça organizada e, posteriormente, da agricultura, essa diferenciação se intensificou: aos homens

foi atribuída à caça de grandes animais, enquanto às mulheres cabiam a coleta e a captura de presas menores.

Lerner (2019) ressalta que essa distinção não se fundamentava em diferenças de força ou resistência, mas exclusivamente em aspectos relacionados à capacidade de amamentar. Para a autora, a coleta, atividade predominantemente feminina, foi o alicerce econômico e social das primeiras sociedades, garantindo a sobrevivência e permitindo a existência de outras divisões do trabalho, como a caça. Nesse ponto, Mies (2022) reforça Lerner ao afirmar que a capacidade das mulheres de prover a subsistência diária constituiu a verdadeira “pré-condição para toda a produtividade humana” (MIES, 2022, p.144-146)

(...) a noção de que o homem-caçador teria sido o inventor das primeiras ferramentas, o provedor dos alimentos, o inventor da sociedade humana e protetor de mulheres e crianças persiste não apenas na literatura popular e nos filmes, mas também entre cientistas sociais sérios, e até mesmo entre pesquisadores marxista(...) O modelo do homem-caçador como paradigma da evolução humana está na base de inúmeros trabalhos científicos sobre as relações humanas e foi popularizado pelos meios de comunicação modernos. Esse modelo influenciou o pensamento de milhões de pessoas e ainda é constantemente utilizado para explicar as causas das desigualdades sociais (MIES, 2022, p. 144 - 146).

Nessa narrativa histórica, os homens aparecem como sujeitos que, por meio da caça, teriam desenvolvido práticas de cooperação, hierarquia e poder sobre as mulheres, que foram progressivamente reduzidas a figuras passivas, dependentes ou trocadas entre grupos. Mies (2022) reconhece, contudo, que, mesmo diante de uma aparente superioridade econômica masculina, as mulheres não conseguiram impedir o surgimento de uma hierarquia de gênero nem de uma relação exploratória entre os sexos. A autora questiona por que a produtividade econômica feminina não se traduziu em poder político, evidenciando que a dominação patriarcal não se originou de uma incapacidade natural das mulheres, mas de processos históricos de subordinação.

À medida que as formas de subsistência e organização social se transformaram, a posição das mulheres também passou por mudanças significativas. Com o desenvolvimento da agricultura e a fixação em aldeias estáveis, a divisão sexual do trabalho, antes complementar, passou a adquirir traços hierárquicos. Os homens, ao se apropriarem dos instrumentos de produção e do controle da terra, ampliaram sua influência econômica e política, enquanto as mulheres foram progressivamente afastadas das atividades produtivas de maior prestígio social (DAVIS, 2019; LERNER, 2019; MIES, 2022).

Nessa perspectiva, Davis (2019), apoiando-se nas reflexões de Engels, observa que, nas sociedades pré-agrícolas baseadas na caça e na coleta, as atividades desempenhadas por homens e mulheres possuíam igual relevância para a manutenção da vida coletiva. A autora evidencia essa igualdade ao afirmar que “nas sociedades em que os homens eram responsáveis por caçar animais selvagens e as mulheres por colher legumes e frutas, os dois sexos tinham incumbências econômicas igualmente essenciais à sobrevivência de sua comunidade” (DAVIS, 2019, p.227). No entanto, essa relação de complementaridade foi gradualmente rompida com o advento da propriedade privada, instaurando uma estrutura de desigualdade entre os sexos.

A partir da introdução da agricultura e da domesticação de animais, as funções femininas começaram a ser associadas exclusivamente à reprodução e à vida doméstica. Lerner (2019) observa que essa mudança não se deveu a diferenças biológicas, mas à apropriação da capacidade reprodutiva feminina pelos homens, que transformaram o controle sobre o corpo das mulheres em um instrumento de poder. Essa apropriação antecedeu a formação da propriedade privada e das classes sociais, constituindo-se como o primeiro ato de expropriação humana “A mercantilização das mulheres é a fundação da propriedade privada” (LERNER, 2019, p.127).

A consolidação do patriarcado ocorreu, portanto, paralelamente à formação do Estado e à codificação das primeiras normas jurídicas. O Estado arcaico adotou o modelo patriarcal como base de sua organização social, legitimando a dominação masculina por meio de leis e instituições que subordinavam as mulheres ao controle familiar e à autoridade do pai ou do marido. Nesse sentido, Lerner (2019, p.133) afirma que “os estados arcaicos eram organizados na forma do patriarcado, ou seja, desde o início o Estado tinha interesse na manutenção da família patriarcal”.

Essa transformação marcou a passagem de uma economia comunitária para uma estrutura privada, em que o trabalho das mulheres deixou de ser reconhecido como produtivo. A naturalização da desigualdade de gênero consolidou-se como um dos pilares da ordem social, sustentada tanto pela religião quanto pela lei (MIES, 2022; LERNER, 2019)

2.3 Mulheres e trabalho na transição do feudalismo ao capitalismo: a construção histórica da subordinação feminina.

Na transição para a era medieval, a hierarquia de gênero se fortaleceu e se institucionalizou sob a influência da Igreja e do sistema feudal. A moral cristã reforçou o papel da mulher como esposa e mãe, subordinada à autoridade masculina e afastada dos espaços públicos de poder. A divisão entre o trabalho produtivo, exercido majoritariamente pelos homens, e o trabalho reprodutivo, atribuído às mulheres, foi incorporada às estruturas econômicas e jurídicas do período.

Nas cidades medievais europeias, entre os séculos XI e XIII, observa-se uma reorganização das relações de trabalho marcada pela expansão do comércio e pelo surgimento das corporações de ofício. Nesse contexto, as mulheres conquistaram certa presença nas atividades produtivas urbanas, ainda que de forma limitada e condicionada às normas patriarcais. Conforme analisa Saffioti (1976), as mulheres casadas podiam atuar no comércio, especialmente nas guildas, em parceria com o marido, o que lhes conferia uma relativa autonomia, embora não significasse igualdade efetiva.

O casamento era concebido como o fundamento da estabilidade social e da segurança econômica feminina. Assim, a posição da mulher estava diretamente associada à união conjugal, tanto entre as classes abastadas, em que a dependência econômica em relação ao homem era evidente, quanto entre as camadas populares, nas quais a obediência e a submissão feminina eram reforçadas pela tradição. A condição de solteira, por sua vez, representava um obstáculo à inserção no comércio, já que o acesso às corporações era restrito e, em geral, dependia de um vínculo com um homem, fosse marido, pai ou irmão. Como observa Saffioti (1976, p. 17):

Sob a capa de uma proteção que o homem deveria oferecer à mulher em virtude da fragilidade desta, aquele obtinha dela, ao mesmo tempo, a colaboração no trabalho e o comportamento submisso que as sociedades de família patriarcal sempre entenderam ser dever da mulher desenvolver em relação ao chefe da família (SAFFIOTI, 1976, P.17)”

A chamada “proteção masculina”, fundada na ideia histórica e cultural da fragilidade feminina, configurava-se, na verdade, como um mecanismo de controle e subordinação. Esse discurso legitimava a dependência e o confinamento da mulher ao espaço doméstico, ao mesmo tempo em que se apropriava de sua força de trabalho.

Saffioti (1976) destaca ainda que a desigualdade entre os sexos, no contexto medieval, não pode ser analisada isoladamente, uma vez que a família constituía a principal unidade

econômica e produtiva. Mesmo sem autonomia econômica individual, as mulheres participavam ativamente do processo produtivo familiar, seja na confecção de tecidos, na administração doméstica, no cultivo de alimentos ou nas pequenas trocas comerciais. Essa participação, contudo, não se traduzia em reconhecimento social, uma vez que o trabalho feminino era considerado uma extensão das responsabilidades domésticas e, portanto, desvalorizado. Davis (2019) observa que, à medida que as sociedades capitalistas começaram a se formar, o trabalho doméstico passou a ser reinterpretado como uma atividade “natural” das mulheres, desvinculada de valor econômico e reduzida à função de servir (DAVIS, 2019, p.229)

Embora inseridas em um sistema que reforçava sua subordinação, muitas mulheres encontravam meios de integração econômica e social, atuando de forma colaborativa nas atividades do lar e do comércio. Essa atuação revela que, apesar das limitações impostas pela estrutura patriarcal, as mulheres mantinham um papel ativo na manutenção da economia urbana e familiar.

Com o declínio do sistema feudal, marcado por crises como a Peste Negra e as revoltas camponesas, a Europa ingressa em um período de profundas transformações econômicas e sociais. A desestruturação do feudalismo, conforme analisa Federici (2017) intensificou as lutas sociais e instaurou uma nova lógica de dominação sobre o corpo e o trabalho das mulheres. Nesse contexto de transição, a relativa autonomia que elas possuíam em ofícios, práticas de cura e atividades comunitárias foi violentamente reprimida, constituindo o que a autora denomina de gênese do capitalismo ou acumulação primitiva (FEDERICI, 2017, p. 96).

Essa acumulação primitiva não se restringiu à expropriação dos camponeses da terra, mas implicou, sobretudo, na separação entre produção e reprodução, operação que desvalorizou o trabalho feminino e o tornou invisível e gratuito (FEDERICI, 2017, p. 130). A transferência do custo da reprodução da força de trabalho para o âmbito doméstico consolidou o trabalho não remunerado das mulheres como base estrutural da exploração capitalista. Como afirma Federici (2017), “o trabalho não remunerado das mulheres no lar foi o pilar sobre o qual se construiu a exploração dos trabalhadores assalariados, a escravidão do salário, assim como foi o segredo de sua produtividade” (Dalla Costa, 1972, apud FEDERICI, 2017, p. 31),

Para consolidar essa nova ordem, o corpo feminino tornou-se o centro das disputas sociais e econômicas, configurando-se como o “principal terreno de exploração e resistência” (FEDERICI, 2017, p. 290). A caça às bruxas, que se intensificou entre os séculos XV e XVII, constituiu um ataque sistemático à autonomia das mulheres sobre seus corpos e sua capacidade reprodutiva e sexual. Conforme Mies (2020), esse processo esteve intimamente ligado à formação da classe capitalista europeia, composta por mercadores, industriais e comerciantes que, em aliança com a Igreja e o Estado, procurou eliminar as formas comunitárias e femininas de produção e de saber, impondo uma nova disciplina social e moral compatível com as demandas da acumulação de capital (MIES, 2020, p. 179).

A partir do século XVI, a expansão marítima europeia e o mercantilismo consolidaram o colonialismo como pilar da economia moderna. O saque das colônias, o tráfico de pessoas escravizadas e o monopólio do comércio permitiram a acumulação em larga escala de capital privado. Mies (2020) caracteriza o capitalismo como o “último avatar do patriarcado”, sustentado pela exploração contínua de grupos específicos, de modo que a acumulação primitiva não é um evento isolado, mas um processo permanente. A autora ressalta que a exploração das mulheres europeias, dos povos colonizados e da natureza constituiu uma relação interdependente essencial à expansão capitalista (MIES, 2020, p. p. 38 - 452).

Nesse contexto, a divisão sexual e racial do trabalho (FEDERICI, 2017, p. 215) tornou-se um instrumento central de organização social e econômica. A exploração do trabalho das mulheres negras escravizadas nas colônias e o trabalho não remunerado das mulheres brancas na Europa foram os dois pilares fundamentais sobre os quais se sustentou a formação do proletariado moderno. Como observa Mies (2020), o trabalho produtivo, entendido como o necessário à manutenção da vida, foi amplamente invisibilizado, atribuído às mulheres e naturalizado como uma extensão de suas funções biológicas. (MIES, 2020, p.114).

Com a Revolução Industrial, nos séculos XVIII e XIX, o capitalismo consolida-se e a subordinação feminina é institucionalizada sob o que Federici (2017) denomina patriarcado do salário. O salário masculino torna-se o mediador da dominação de gênero, garantindo aos homens poder material e simbólico sobre as mulheres, agora definidas como dependentes e responsáveis pela reprodução da força de trabalho. Mesmo com a entrada de mulheres, sobretudo jovens e solteiras, nas fábricas, o trabalho feminino permaneceu desvalorizado, sendo considerado secundário e complementar ao masculino (FEDERICI, 2017, p. 181 - 193). Nesse processo, com o desenvolvimento das sociedades capitalistas e a consolidação da

ideologia burguesa, o trabalho doméstico passou a ser desvalorizado, reduzido à função de servir e associado à ideia de dependência

Nas sociedades capitalistas avançadas, o trabalho doméstico [...] diminui o prestígio social das mulheres em geral. No fim das contas, a dona de casa, de acordo com a ideologia burguesa, é simplesmente a serva de seu marido para a vida toda. (DAVIS, 2019, p. 228).

Desse modo, a naturalização dessa posição subordinada reforça a hierarquização de gênero, evidenciando como o trabalho doméstico, ao ser desvalorizado, contribui para a reprodução das desigualdades estruturais que sustentam o modelo capitalista.

2.4 Transformações produtivas e permanências desiguais: gênero e trabalho no século XXI

Com a consolidação do capitalismo industrial, a exploração do trabalho feminino passou a se organizar em escala global por meio da nova divisão internacional do trabalho (MIES, 2020, p. 241). Nesse modelo, o mercado mundial se estrutura em dois setores principais: o formal, composto majoritariamente por homens brancos assalariados e com maior remuneração, e o informal ou não organizado, caracterizado por baixos salários, precarização e predominância de mulheres e trabalhadores racializados. Essa divisão reforça a hierarquia global, sustentada por ideologias patriarcais e racistas, que naturalizam as desigualdades e camuflam a exploração estrutural das mulheres em diferentes regiões do mundo.

No âmbito europeu, o trabalho doméstico e reprodutivo das mulheres continuou sendo desvalorizado e associado à dependência, enquanto as mulheres inseridas na força produtiva formal (jovens, solteiras ou migrantes) ocupavam postos subordinados e mal remunerados (FEDERICI, 2017, p. 181; DAVIS, 2019, p. 228). Ao mesmo tempo, nas colônias, mulheres negras eram forçadas a trabalhar em atividades agrícolas, domésticas e de produção de commodities, compondo a base da acumulação de capital europeu. Essa estrutura evidencia que a exploração das mulheres no capitalismo global não é apenas de gênero, mas também racial e econômica, estabelecendo uma hierarquia que sustenta o sistema como um todo.

A divisão sexual e racial do trabalho, articulada à ideologia patriarcal, garantiu que a produção da vida, cuidado com crianças, manutenção do lar e reprodução da força de trabalho, permanecesse invisibilizada e não remunerada. Assim, enquanto os homens ocupavam posições de destaque no setor formal, as mulheres eram confinadas ao setor

informal, garantindo a reprodução da força de trabalho masculina e a continuidade do capitalismo industrial (MIES, 2020, p. 114)

No Brasil, a exploração do trabalho feminino refletiu a lógica da divisão sexual e racial herdada do colonialismo europeu e da expansão do capitalismo. Mulheres negras escravizadas foram submetidas a trabalhos domésticos, agrícolas e de produção de bens, enquanto mulheres indígenas também eram forçadas a trabalhos ligados à subsistência e à produção local. Paralelamente, mulheres brancas, principalmente em áreas urbanas, desempenhavam trabalho doméstico e em pequenos comércios familiares, muitas vezes não remunerado e invisibilizado economicamente (MIES, 2020; FEDERICI, 2017).

É importante destacar que essa estrutura de exploração, originada ainda no período colonial, produziu a racialização do trabalho feminino no Brasil. Tal dinâmica histórica consolidou a exclusão e a marginalização das mulheres negras, que, desde a escravidão, foram destinadas às atividades mais precárias, pesadas e violentas, ocupando a base da hierarquia produtiva. Conforme observa Gonzalez (2020), essas mulheres constituíram o alicerce da acumulação de capital, atuando tanto na esfera da reprodução social, no trabalho doméstico e nos cuidados, quanto na produção de mercadorias voltadas ao mercado capitalista (GONZALEZ, 2020, p.94).

Essa herança colonial estruturou as desigualdades que atravessaram as transformações posteriores da sociedade brasileira, especialmente no contexto de modernização econômica ocorrido entre as décadas de 1960 e 1980. As transformações econômicas e sociais desse período tiveram impactos profundos sobre a inserção das mulheres no mundo do trabalho, particularmente durante o chamado “milagre econômico brasileiro”. O crescimento industrial e urbano impulsionou uma reconfiguração das relações produtivas e permitiu o aumento expressivo da participação feminina na força de trabalho.

Na primeira metade da década de 1970, esse movimento tornou-se especialmente visível: a força de trabalho feminina praticamente dobrou entre 1970 e 1976, acompanhando a expansão do setor de serviços e a modernização produtiva. Paralelamente, ocorreu uma mudança significativa no acesso das mulheres à educação formal. Em 1969, a proporção era de uma mulher para cada dois homens nas universidades; já em 1975, o número de mulheres matriculadas saltou para cerca de 500 mil, praticamente igualando-se ao de homens, que era de 508 mil. Esse crescimento representa um avanço expressivo, pois o número de mulheres universitárias quintuplicou em apenas cinco anos, refletindo a combinação entre fatores

econômicos e comportamentais que se reforçaram mutuamente (GONZALES, 2020; BRUSCHINI, 1994).

O ingresso acentuado das mulheres no mercado de trabalho brasileiro, especialmente a partir dos anos 1970, decorreu de um conjunto complexo de fatores e não apenas da necessidade de complementar a renda familiar (BRUSCHINI, 1994, p. 79). A deterioração dos salários reais impulsionou a busca por remuneração, mas o fenômeno também atingiu mulheres mais instruídas e das camadas médias, motivadas pelas novas expectativas de consumo e pela ampliação das possibilidades de inserção profissional. Esse processo foi viabilizado pelo contexto macroeconômico da época, marcado pelo acelerado crescimento do “milagre brasileiro” e pela crescente industrialização e urbanização, que expandiram a oferta de empregos, ainda que acompanhadas pelo aumento da concentração de renda e das desigualdades sociais (BRUSCHINI, 1994, p.180).

Além dos fatores econômicos, transformações de ordem social e demográfica também contribuíram para essa ampliação da presença feminina no mundo do trabalho. O impacto dos movimentos feministas, somado às mudanças nos padrões de comportamento e valores sociais, favoreceu a maior atuação das mulheres em espaços públicos e produtivos. A queda das taxas de fecundidade e a expansão da escolaridade, com maior acesso ao ensino superior, permitiram que as mulheres se dedicassem mais intensamente ao trabalho fora do lar. Essa consolidação de mudanças sociais e econômicas explica a permanência da atividade feminina na década seguinte, mesmo diante da crise econômica, da inflação e do desemprego que marcaram os anos 1980 (GONZALES, 2020; BRUSCHINI, 1994).

Atualmente, a participação feminina no mercado de trabalho brasileiro reflete transformações significativas nas últimas décadas. Segundo o Boletim Mulheres no Mercado de Trabalho 2025, elaborado pelo IBGE com base na PNAD Contínua e na RAIS, a taxa de participação das mulheres passou de 51,9% em 2012 para 52,8% em 2024, demonstrando crescimento gradual. Durante a pandemia, essa taxa caiu abaixo de 50%, evidenciando vulnerabilidades temporárias no mercado formal (IBGE, 2025).

Em termos de empregos formais também se revela maior presença feminina: em 2023, das 54.706.385 ocupações formais, 24.431.989 eram de mulheres, representando 44,7% do total (IBGE, 2025). Grande parte dessas ocupações concentra-se no setor de serviços, especialmente em áreas de cuidados como saúde, educação e serviços sociais, além de

alojamento e alimentação. Nos contratos públicos, as mulheres são predominantes, sobretudo em vínculos municipais e estaduais.

Entre ocupações de nível superior, as mulheres predominam nas áreas de cuidados (73,8%), nas humanidades, artes e ciências sociais (54,1%), e nos negócios e administração (52,1%) (IBGE, 2025). Em contrapartida, sua presença em áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática é significativamente menor, correspondendo a 26,3% dos vínculos formais, sendo nas áreas de tecnologia e engenharia ainda mais restrita (23,2% e 25,2%, respectivamente) (RAIS/MTE, 2025).

Entretanto, como alertam Gonzalez (2020) e Carneiro (2011), é necessário refletir: quem são, de fato, essas mulheres que conseguiram acessar o mercado de trabalho, a educação e posições de maior prestígio e remuneração? Nem todas as mulheres brasileiras se beneficiaram das transformações sociais e econômicas ocorridas nas últimas décadas. Muitas ficaram à margem desse processo, sendo sistematicamente excluídas das oportunidades geradas pelo crescimento econômico e pela modernização conservadora do Brasil pós-1964. É nesse ponto que se evidencia a persistente desigualdade racial: a mulher negra, historicamente marginalizada, permanece como a grande excluída dessa universalização abstrata. Conforme destaca Gonzalez (2020, p. 100), apesar das conquistas do movimento de mulheres, o registro histórico brasileiro tende a invisibilizar a população negra, limitando o reconhecimento de suas experiências e reivindicações. Carneiro (2011) reforça que o uso do “nós” para se referir às mulheres no discurso feminista muitas vezes pressupõe uma homogeneidade inexistente, ignorando que as oportunidades sociais não são compartilhadas de maneira igualitária (CARNEIRO, 2011, p. 100).

Diante desse cenário, o segundo capítulo desse trabalho, se dedica à experiência da mulher negra, aprofundando a análise da divisão sexual e racial do trabalho. O objetivo é investigar as barreiras específicas que mantiveram esse grupo à margem e compreender como a sua dupla ou tripla opressão construiu uma trajetória singular na história do Brasil.

3. MULHERES NEGRAS: exclusão e resistência no trabalho

3.1 Mulheres negras na história colonial e escravista

A abolição da escravidão em 1888 não significou, como muitas vezes é representado no imaginário social brasileiro, a conquista imediata da liberdade plena e da cidadania para a população negra. Ao contrário, a assinatura da Lei Áurea marcou o início de uma nova etapa de resistência e luta por direitos, em um contexto em que o racismo não desapareceu, mas foi reconstruído e reforçado como ideologia e prática social, servindo a interesses econômicos, políticos e culturais, conforme observa Gonzalez (2020).

A Abolição da escravatura no Brasil não se deu como resultado de uma demanda genuína por justiça social ou igualdade, mas sim como uma necessidade estratégica para a inserção do país na economia mundial, que já se estruturava segundo lógicas capitalistas. Nesse contexto, o trabalho escravo passou a ser visto como um entrave ao desenvolvimento econômico, sendo gradualmente substituído pelo trabalho assalariado, mais barato, flexível e eficiente, alinhado aos interesses de um mercado global em expansão. Assim, a emancipação formal não significou o fim das desigualdades estruturais, mas uma reorganização da força de trabalho para atender às novas exigências econômicas, mantendo, entretanto, profundas hierarquias sociais e raciais. O processo histórico evidencia que a libertação formal não aboliu as hierarquias raciais herdadas do sistema escravocrata, mantendo ex-escravizados e seus descendentes em posições de marginalização e exclusão. Nesse sentido, a abolição da escravidão não significou a abolição do racismo, mas sim a sua reestruturação em novas bases, através do que chamamos de "dispositivo de racialidade" (CARNEIRO, 2023, p. 21).

Os reflexos desse processo inacabado se manifestam na ausência de garantias de acesso a direitos fundamentais, como educação, saúde, terra, trabalho digno e participação nos espaços de poder. A exclusão sistemática consolidou um modelo de sociedade em que a desigualdade social está profundamente enraizada na herança da escravidão. Quando se aborda especificamente o papel da mulher negra na sociedade, é necessário que sua análise considere as estruturas sociais, econômicas e ideológicas que historicamente moldaram sua posição e como esses papéis se projetam ainda hoje em seu lugar social.

Beatriz Nascimento (2021) explica que, na época da colônia, a sociedade se organizava em hierarquias extremamente rígidas, podendo ser comparadas a castas, nas quais cada indivíduo possuía um lugar diferenciado, desempenhando sua função de forma igualmente rígida. Essa hierarquia social podia ser dividida em polos: de um lado,

concentrava-se o poder econômico e político, representado pelos senhores de terra; de outro, estavam homens e mulheres livres que viviam em condições precárias, sem meios de subsistência. Estruturada dessa maneira, a sociedade colonial assumia um caráter patriarcal que permeava toda a sua organização, refletindo-se de forma intensa sobre a condição feminina (NASCIMENTO, 2021, p. 55).

Segundo a autora, por se tratar de uma sociedade pautada em valores paternalistas e patriarcais, e considerando, conforme observa Gonzalez (2020), que o racismo constitui uma ideologia que se transforma de acordo com as necessidades econômicas e políticas de cada período, a mulher branca e a mulher negra também se situavam em polos opostos nesse contexto. Enquanto a mulher branca ocupava o papel de esposa e mãe, dedicada a tais funções, a mulher negra era concebida como produtora em um papel semelhante ao do homem, atuando no engenho, em atividades subsidiárias e nos afazeres da casa-grande. Contudo, sua condição feminina também lhe atribuía uma função específica: a de mãe em potencial de novos escravizados.

Por outro lado, além da sua capacidade produtiva, pela sua condição de mulher e, portanto, de mãe em potencial de novos escravos, ela tinha a função de reprodutora de nova mercadoria para o mercado de mão de obra interna. Isso é, a mulher negra é fornecedora de mão de obra em potencial [...] (NASCIMENTO, 2021, p. 56)

As mulheres negras foram destinadas a múltiplas funções no sistema escravista brasileiro, e essas dinâmicas contribuíram para a consolidação de estereótipos que, ao longo do tempo, se tornaram recorrentes na representação da mulher negra na sociedade. Durante o período escravista, elas atuavam tanto nas lavouras quanto no espaço doméstico das casas senhoriais. No ambiente doméstico, assumiam funções diferenciadas: a “mãe preta”, geralmente mulher mais velha, era responsável pela execução dos trabalhos domésticos, pelo cuidado com as crianças da casa-grande e pela preservação de práticas culinárias tradicionais, desempenhando também um papel de referência emocional para os filhos das famílias senhoriais. Essa convivência, muitas vezes iniciada ainda na infância, deixou marcas culturais que se perpetuaram, como a incorporação de termos de origem africana à língua portuguesa falada no Brasil (TEIXEIRA, 2021, p. 19; ARAÚJO, 2013).

Em contraste, a mucama, geralmente jovem, era vinculada a múltiplas atividades de subserviência e, ao mesmo tempo, à função de servir sexualmente ao senhor da casa. A escolha dessas mulheres para funções domésticas não se restringia à utilidade prática, mas também se baseava em critérios estéticos, refletindo a proximidade com as famílias senhoriais

e o contato cotidiano com os filhos e senhorios (TEIXEIRA, 2021, p. 18). Apesar de algumas dessas mulheres serem vistas como socialmente privilegiadas por refletirem a riqueza dos senhores, permaneciam expostas a constrangimentos e violências, sobretudo de ordem sexual (OLIVEIRA, 2008, apud TEIXEIRA, 2021, p. 109–115).

3.2 Trabalho doméstico como única opção pós-abolição

Após a abolição da escravidão no Brasil e a instauração da República, a população negra recém-liberta permaneceu à margem das políticas implementadas pelo novo regime. A libertação formal não foi acompanhada de mecanismos de reparação ou de medidas que possibilitassem a reintegração social e econômica desses sujeitos, o que manteve intactas as heranças do sistema escravocrata. Ao contrário, o Estado brasileiro negligenciou deliberadamente a criação de políticas públicas voltadas à inclusão da população negra, optando por favorecer a entrada de imigrantes europeus no mercado de trabalho. Essa estratégia, vinculada ao projeto de branqueamento da sociedade, resultou na substituição da mão de obra outrora escravizada por trabalhadores estrangeiros assalariados, relegando os libertos a condições de marginalização e precarização laboral. Como observa Carneiro (2011), “o acesso ao emprego e ao trabalho é condição primordial para a reprodução da vida, e sua exclusão é também primeira forma de negação desse direito básico da cidadania”, o que evidencia como a negação do direito ao trabalho foi um dos principais mecanismos de manutenção da população negra em posição subalterna na estrutura social, principalmente quando se refere a mulher negra (CARNEIRO, 2011, p. 110),

A situação de desproteção social, as baixas qualificações e a manutenção de relações que começavam na infância, somadas, acabavam confinando essas mulheres àquela vida, o que ocorria não só por falta de melhores opções, mas também pela criação de um elo e de uma dependência psicológica em relação à família para a qual trabalhavam (CORONEL, 2010, apud TEIXEIRA, 2021, p. 21).

Nesse contexto, a situação da mulher negra libertada não apresentou mudanças significativas em relação ao período escravista. Embora formalmente livre, ela continuou a ocupar posições subordinadas na sociedade, desempenhando funções que sucederam aquelas atribuídas às mães pretas e mucamas, agora denominadas “domésticas”, criadas ou babás. Muitas continuaram a residir nas casas de seus antigos patrões, realizando tarefas domésticas desde a infância, sem horários definidos e com remuneração mínima ou inexistente. Nessa situação, não eram reconhecidas como sujeitos de direitos, mas mantidas em posição de

subordinação e dependência, estabelecendo vínculos afetivos e psicológicos com as famílias para as quais trabalhavam, o que reforçava sua permanência nesse ciclo de exploração (CORONEL, 2010, apud TEIXEIRA, 2021, p. 21). Esses papéis reforçaram a posição da mulher negra na base da pirâmide social, abaixo dos homens negros, uma vez que sua existência histórica é atravessada pela interseção entre gênero, raça e classe, dimensões que, desde a época colonial, organizaram sua exploração e marginalização (GONZALEZ, 2020, p. 34).

Sob essa perspectiva, essa persistência do trabalho subordinado reflete como a interseção entre gênero, raça e classe manteve as mulheres negras confinadas ao serviço doméstico. No campo do gênero, a naturalização da ideia de que o cuidado, a limpeza e a servidão seriam atividades intrinsecamente femininas reforçou sua inserção em funções domésticas, enquanto os homens negros libertos, ainda que submetidos a baixos salários e condições precárias, encontravam possibilidade de inserção em ofícios urbanos e manufaturas. Além do sexismo, que consolidava a ideia de que o lugar da mulher era naturalmente na esfera doméstica, a mulher negra também enfrentava restrições de classe: suas oportunidades de acesso a empregos assalariados fora do trabalho doméstico eram extremamente limitadas. No campo racial, persistiam estereótipos que associavam seu corpo à subordinação e à sexualidade, reforçados pela figura da mulata, enquanto o trabalho doméstico continuava a ser percebido como indispensável para o funcionamento das famílias, mas socialmente desvalorizado (GONZALEZ, 2020, p. 55).

Assim, a libertação formal da escravidão não resultou em autonomia real ou em mobilidade social para a mulher negra; ao contrário, sua subordinação foi reorganizada, transformando-se em novas formas de exploração que mantiveram a combinação de racismo, sexismo e classismo, evidenciando que a sua condição histórica constitui uma experiência singular, distinta daquela vivida por homens negros ou mulheres brancas.

Dentro do discurso republicano e pós-escravocrata, consolidaram-se as bases que definiriam como as relações sociais seriam organizadas, agora em um contexto capitalista sustentado por uma estrutura ideológica apoiada no patriarcado e no racismo. Esse arranjo manteve a população negra em posições sociais inferiores às das pessoas brancas, e, no interior dessa hierarquia, a mulher negra foi colocada em condição ainda mais subalterna, abaixo dos homens negros e das mulheres brancas. Tal ideologia se expressava tanto em mecanismos de repressão social quanto na forma como os negros eram representados, sendo a figura da empregada doméstica um dos símbolos mais marcantes dessa construção. Essa

representação, associada aos obstáculos impostos pela classe dominante, limitava as possibilidades de ascensão dessas mulheres e reforçava o imaginário social que legitimava sua permanência em funções servis. Como observa Nascimento (2021),

A dinâmica do sistema econômico estabelece espaços na hierarquia de classes, e existem alguns mecanismos para selecionar as pessoas que irão preencher esses espaços. O critério racial constitui um desses mecanismos de seleção, fazendo com que as pessoas negras sejam relegadas aos lugares mais baixos da hierarquia, através da discriminação. O efeito continuado da discriminação praticada pelo branco tem também como consequência a internalização, pelo grupo negro, dos lugares inferiores que lhe são atribuídos. Assim, os negros ocupam aqueles lugares na hierarquia social, desobrigando-se de penetrar os espaços que estão designados para os grupos de cor mais clara, dialeticamente perpetuando o processo de domínio social e privilégio racial. A mulher negra, elemento no qual se cristaliza mais a estrutura de dominação, como negra e como mulher, se vê, desse modo, ocupando os espaços e os papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão.” (NASCIMENTO, 2021, p. 57-58)

A sensação de perda de controle por parte dos senhores após a abolição reforçou a necessidade de mecanismos que assegurassem a manutenção da hierarquia social, sobretudo porque os negros estavam inseridos na intimidade doméstica da elite. A circulação da ideia de que eles eram perigosos e vagabundos sustentava essa vigilância permanente. Tal percepção, presente tanto no período escravista quanto no pós-abolição, consolidava a noção de que criados e criadas domésticas poderiam ameaçar a integridade física e moral das famílias burguesas (RONCADOR, 2007 apud TEIXEIRA, 2021), não por causa da pobreza em si, mas em função da proximidade com a elite evidenciada no convívio cotidiano.

Essa vigilância se materializou em políticas e dispositivos institucionais que reforçavam o controle sobre a população negra, especialmente sobre as mulheres vinculadas ao trabalho doméstico. Um exemplo desse controle foi a criação, em São Paulo, do Serviço de Registro de Empregados Domésticos, em 1946. O documento oficial descrevia essas trabalhadoras como “material humano” perigoso, associado a doenças e criminalidade, justificando a aplicação de exames de sanidade e o controle policial como formas de proteção da família e da propriedade. As carteiras de registro, nas quais eram anotadas as ocorrências e motivos de dispensa, institucionalizavam a vigilância constante sobre essas mulheres (DUARTE, 1992 apud TEIXEIRA, 2021). Além da criminalização e da vigilância, os estigmas ligados à cor da pele e aos traços fenotípicos reforçavam a marginalização da mulher negra. Conforme observa Conceição (2009 apud TEIXEIRA, 2021, p. 20)

Jogados à própria sorte, eles acabavam mantendo relações de trabalho com seus antigos senhores, pois não encontravam outras oportunidades de sustento por conta da cor da pele e pelas características fenotípicas que socialmente representavam as

marcas de uma categoria racial inferior (Conceição, 2009 apud TEIXEIRA, 2021 p. 20),

Essa imposição de padrões sociais dificultava a inserção das mulheres negras em empregos assalariados fora do trabalho doméstico, limitando sua mobilidade social

A exclusão escolar constituiu outro mecanismo de manutenção da hierarquia racial e de gênero. Desde o período imperial, práticas sociais e dispositivos legais restringiam a presença de negros nas escolas. Após a abolição, a ausência de políticas inclusivas reforçou essa exclusão, garantindo a preservação dos privilégios das elites brancas. A necessidade de sobrevivência levou muitas crianças negras a abandonar a escolarização para contribuir com a renda familiar, perpetuando um ciclo de marginalização que dificultava especialmente a ascensão social das mulheres negras.

3.3 Reconfiguração da subordinação.

A partir da industrialização nos anos 1930, o Brasil passou por mudanças econômicas e sociais significativas, impulsionadas pela queda acentuada da exportação cafeeira no final da década de 1920. O capital oriundo dessa atividade econômica foi redirecionado para a indústria, marcando o início do período conhecido como substituição de importações, no qual o país começou a produzir internamente em suas indústrias. Nesse cenário, o processo de manufatura ganhou força, com a participação de capital privado nacional e internacional, e o Estado assumiu papel central por meio da criação e do investimento em empresas públicas, especialmente nas indústrias siderúrgicas e de mineração, promovendo a expansão industrial brasileira.

Apesar desse avanço econômico e do dinamismo do mercado de trabalho, as desigualdades raciais e de gênero permaneceram profundas. Nascimento (2021) aponta que embora a estratificação social tenha se tornado parcialmente mais flexível, com gradações mais sutis entre os grupos anteriormente muito polarizados, a reorganização das formas de subordinação manteve as mulheres negras em posição marginal. Os mecanismos de seleção social, incluindo o critério racial, continuaram a relegar pessoas negras aos estratos mais baixos da hierarquia econômica e social, e a discriminação racial não se manifestava apenas como exclusão econômica, mas também como internalização, pela própria população negra, dos lugares inferiores que lhe eram atribuídos, perpetuando o domínio e os privilégios do grupo branco (NASCIMENTO, 2021, p. 58).

Nesse contexto, a mulher negra manteve a continuidade de uma “herança escravocrata” no mercado de trabalho, ocupando a posição mais subalterna da sociedade brasileira e sofrendo com a interseccionalidade de raça e gênero: por ser mulher e por ser negra (Nascimento, 2021, p.54). Mesmo com a industrialização e a urbanização, ela permaneceu predominantemente em empregos domésticos, no setor rural ou na indústria de transformação, ocupações associadas à sobrevivência econômica e à baixa valorização social.

O processo de urbanização e industrialização alterou também a estrutura familiar tradicional, na qual o homem exercia o papel de provedor exclusivo. Com a nova dinâmica econômica, a renda gerada apenas pelo homem tornou-se insuficiente para garantir a sobrevivência da família, obrigando mulheres e filhos a ingressarem no mercado de trabalho. Nesse cenário, coube à mulher negra sustentar moral e materialmente sua comunidade, assumindo a condição de base familiar. Seu trabalho foi multiplicado, uma vez que precisava se dividir entre o trabalho árduo na casa da patroa e as responsabilidades domésticas em sua própria família (GONZALEZ, 2020, p. 40).

A expansão da indústria e do setor de serviços gerou grande demanda por mão de obra, especialmente entre populações de menor renda, mais facilmente recrutadas para funções operacionais e subalternas. Assim, a mulher branca começou a integrar a força de trabalho, inicialmente como operária industrial em setores como o têxtil, cujas atividades eram associadas a competências socialmente atribuídas ao feminino. Como observa Nascimento (2021)

Desse modo, a mulher branca passa a fazer parte da força de trabalho. Mas, como não podia deixar de ser, pelo fato de pertencer ao grupo subordinado, ela ocupa lugares definidos como ‘atividades femininas’. Na fase inicial de industrialização, a mulher branca participa da força de trabalho como operária industrial. Posteriormente, com o declínio das indústrias tradicionais, principalmente a têxtil, ela se vê expulsa do setor industrial e passa a concentrar-se em empregos burocráticos de nível inferior, que, embora mal remunerados, exigem certa qualificação educacional. (NASCIMENTO, 2021, p. 59).

Enquanto isso, os homens de classe média conseguiam ascender a posições burocráticas mais qualificadas, o que evidencia que, apesar da maior participação feminina no mercado de trabalho, a estrutura de gênero e a hierarquia social se mantinham inalteradas. A inserção da mulher negra em áreas além do serviço doméstico ocorreu de maneira restrita e parcial. Mesmo quando presente na indústria ou no comércio, sua participação se deu majoritariamente em funções de menor prestígio e remuneração, revelando mudanças

mínimas em relação à situação da mulher branca e reafirmando a desigualdade estrutural. Gonzalez (2020) chama atenção para a dimensão dessa exclusão ao afirmar

Nesse momento, se poderia colocar a questão típica do economismo: tanto branco quanto negros pobres sofrem efeitos da exploração capitalista. Mas, na verdade, a opressão racial nos faz constatar que mesmo os brancos sem propriedade dos meios de produção são beneficiários do exercício. Claro está que, enquanto o capitalismo branco se beneficiar diretamente da exploração ou superexploração do negro, a maioria dos brancos recebe seus dividendos do racismo, a partir de sua vantagem competitiva no preenchimento das posições que, na estrutura de classes, implicam as recompensas materiais e simbólicas mais desejadas. Isso significa, em outros termos, que, se pessoas possuidoras dos mesmos recursos (origem de classe e educação, por exemplo), excetuando sua afiliação racial, entram no campo da competição, o resultado dessa última será desfavorável aos não brancos. (Gonzalez, 2020, p.35)

Dos anos 1950 até os dias atuais, poucas mudanças efetivas puderam ser observadas para a mulher negra no mercado de trabalho, embora existam algumas exceções, como as políticas públicas implementadas a partir dos anos 2000, incluindo o Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/10), que consolidou e ampliou ações afirmativas, e a Lei de Cotas (Lei 12.711/12), que garantiu acesso à educação superior e técnica. No entanto, mesmo com essas medidas, a estrutura social dominante manteve-se praticamente inalterada, refletindo a persistência de barreiras históricas de gênero e raça que dificultam a plena inclusão da mulher negra no mercado formal de trabalho.

Nos anos 1950 e 1960, o setor industrial predominava na economia brasileira e passou por um processo de expansão impulsionado pelo desenvolvimento econômico e pela modernização das cidades, o que, por sua vez, favoreceu a urbanização. No entanto, esse crescimento industrial não foi uniforme: enquanto alguns setores se fortaleciam, o mercado têxtil entrou em declínio, levando à falência e ao fechamento de muitas fábricas (GONZALEZ, 2020, p.41).

A mulher negra, que já integrava a força de trabalho dessas indústrias têxteis, acabou perdendo espaço na classe operária à medida que essas empresas fechavam. Mesmo tentando se inserir em outros setores industriais, como alimentos e vestuário, ela enfrentava dificuldades significativas. Gonzalez (2020) e Nascimento (2021) destacam que, além de questões de gênero, a raça desempenhou um papel determinante nesse processo, pois os critérios de seleção privilegiavam operárias brancas ou “morenas”, mantendo a mulher negra à margem das oportunidades e refletindo a persistência de preconceitos raciais na distribuição das vagas de trabalho.

Enquanto isso, oportunidades se abriam para mulheres brancas em setores burocráticos de níveis mais baixos, o que Gonzalez (2020) denomina como feminização desses postos de trabalho. Historicamente, devido à exclusão da população negra do ensino formal, a mulher negra permanecia excluída dessas funções, por não possuir escolaridade suficiente para acessar tais cargos. Além disso, a ascensão a cargos que demandavam interação direta com o público estava condicionada a requisitos de 'boa educação' e 'boa aparência'. Tais exigências eram intrinsecamente seletivas, atuando como mecanismos que, embora aparentemente neutros, asseguram que as mulheres brancas, por uma construção social de padrão estético e de acesso privilegiado à instrução de qualidade, continuassem a monopolizar as posições de maior visibilidade

O mesmo não ocorre com a mulher negra, e isso por dois motivos fundamentais: o primeiro, porque a mulher negra ainda não teve acesso suficiente à educação para qualificar-se para esses tipos de empregos burocráticos. O segundo, porque esses empregos implicam relações públicas ou relação com o público. Por exemplo, comércio de mercadorias. Nesse contexto, o critério racial se faz mais seletivo, mantendo a mulher negra nos empregos tradicionais, ou então em trabalhos como operário industrial (NASCIMENTO, 2021, p. 60).

Mesmo atualmente, apesar da melhoria no nível de escolaridade de uma pequena parcela das mulheres negras, que representa uma minoria dentro desse grupo, elas continuam a ser preteridas em processos seletivos, mesmo quando possuem experiência ou qualificação superiores às de mulheres brancas. O grupo racializado enfrenta maiores dificuldades já na fase inicial da busca por trabalho, o que se reflete na disparidade das taxas de desocupação. A população negra apresenta índices consistentemente superiores aos do restante dos trabalhadores, sendo as mulheres negras o grupo de maior vulnerabilidade, por enfrentarem uma dupla barreira interseccional relacionada a gênero e raça. Entre as mulheres negras, a taxa de desocupação atingia 10,1%, mais do que o dobro da registrada entre homens não negros, que era de 4,6% (DIEESE, 2024). Esses dados foram obtidos a partir do Índice da Condição do Trabalho (ICT-DIEESE), com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) do IBGE de 2024, evidenciando não apenas a persistência da exclusão racial no mercado de trabalho, mas também a vulnerabilidade específica das mulheres negras.

Gonzalez (2020) afirma que a mulher negra, antes explorada e colocada na condição de servente, permanece, no presente, submetida a uma lógica de superexploração. Assim, a realidade vivida atualmente não difere significativamente daquela enfrentada por suas antepassadas:

[...] Afinal, a trabalhadora rural de hoje não difere tanto da ‘escrava do eito’ de ontem; a empregada doméstica não é muito diferente da ‘mucama’ de ontem; o mesmo poderia se dizer da vendedora ambulante, da ‘joaninha’, da servente ou da trocadora de ônibus de hoje e da ‘escrava de ganho’ de ontem (GONZALEZ, 2020, p. 218).

Essa realidade evidencia que a marginalização da mulher negra não se limita às oportunidades de trabalho, mas se manifesta de forma sistemática em diferentes dimensões de sua vida, configurando um processo estruturado de manutenção das desigualdades e de reprodução de relações de subordinação dentro da sociedade. Esses papéis, forjados desde o período colonial, atravessaram os séculos e foram constantemente reatualizados nas dinâmicas sociais e culturais do Brasil moderno. Além de reforçarem a exclusão da mulher negra, contribuíram para a sustentação do mito da democracia racial, que, ao ocultar as desigualdades estruturais, legitima a permanência de um modelo social profundamente hierárquico e excludente.

3.3 Exclusão institucionalizada e naturalização da marginalização da mulher negra

A ausência de articulação entre racismo e sexismo reforçou a permanência da mulher negra em condições precárias de trabalho. Gonzalez (2020) entende o racismo como uma neurose cultural. Para a autora, trata-se de um sintoma coletivo que atravessa a subjetividade social e se manifesta como patologia. Esse processo se explica pela subjetividade, construída na relação com o outro e mediada pela linguagem, e pela distinção, que estrutura a diferenciação entre “eu” e “outro”. No Brasil, como demonstra Gonzalez (2020), tais processos foram historicamente marcados por desigualdades estruturais, fazendo da exclusão e da estigmatização das identidades negras um mecanismo central da formação social.

É nesse ponto que a autora formula o conceito de racismo como neurose cultural: um sintoma social que resulta da incapacidade da sociedade brasileira de reconhecer plenamente seus elementos africanos. A contradição aparece de forma objetiva nas relações de poder e se expressa em fenômenos como o desemprego em massa da população negra, o encarceramento desproporcional e a exclusão do acesso à educação. Essa neurose é alimentada pelo mito da democracia racial, ideologia que sustenta a negação do racismo. Gonzalez (2020) exemplifica essa lógica com a recorrente frase presente no discurso cotidiano: “Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus” (GONZALEZ, 2020, p.78)

Nesse sentido, a ideologia racista cumpre o papel de neutralizar a participação negra nos diferentes níveis sociais, processo que se traduz também no apagamento das condições de vida da mulher negra. A ausência de pesquisas específicas sobre sua inserção no mercado de trabalho é um mecanismo que naturaliza sua exclusão. Como afirma Gonzalez (2020)

O que opera no Brasil não é apenas uma discriminação efetiva; em termos de representações sociais mentais que se reforçam e se reproduzem de diferentes maneiras, o que se observa é um racismo cultural que leva, tanto algozes como vítimas, a considerarem natural o fato de a mulher em geral e negra em particular desempenharem papéis sociais desvalorizados em termos de população economicamente ativa. Quanto à mulher negra, sua falta de perspectiva quanto à possibilidade de novas alternativas faz com que ela se volte para a prestação de serviços domésticos, o que a coloca numa situação de sujeição [...] A empregada doméstica tem sofrido um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da ‘inferioridade’, da subordinação. (GONZALEZ, 2020, p. 42)

Quando a categoria “mulheres” aparece de forma genérica nas pesquisas, sem especificação de recorte racial, reforça-se o ideal de embranquecimento e a falsa universalização da experiência feminina, apagando as desigualdades estruturais. Como observa Gonzalez (2020)

Na medida em que o racismo, enquanto discurso, se situa entre os discursos de exclusão, o grupo por ele excluído é tratado como objeto e não como sujeito. Consequentemente, é infantilizado, não tem direito a voz própria, é falado por ele. E ele diz o que quer, caracteriza o excluído de acordo com seus interesses e seus valores” (GONZALEZ, 2020, p. 44).

O censo dos anos 1950 foi o último a fornecer indicadores sociais básicos relativos à educação e ao setor de atividade econômica da mulher negra. Os dados apontavam que sua escolaridade atingia, em média, até o segundo ano do ensino primário, reflexo do elevado índice de analfabetismo. Em relação à força de trabalho, 90% estavam empregadas no setor de serviços pessoais, enquanto apenas 10% se distribuíam entre a indústria, principalmente a têxtil, e a agricultura. Nos censos de 1960, 1970 e 1980, não houve preocupação em levantar dados específicos sobre a mulher negra, justificando-se tal ausência pela suposta dificuldade técnica de coleta (Gonzalez, 2020, p. 40-41). Assim, até os anos 1990, o censo de 1950 permaneceu sendo a última referência oficial com informações detalhadas sobre a população feminina negra. Esse vazio de dados só foi enfrentado novamente em 2013, quando a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), o Ipea e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR/PR), em parceria com a ONU Mulheres, elaboraram o Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil.

Esse silêncio estatístico por mais de meio século não representou uma lacuna neutra, mas a continuidade de um projeto de invisibilização, que reforçou a ideia de que a exclusão da mulher negra do desenvolvimento social e econômico seria natural. A ausência de pesquisas específicas operou como parte da própria ideologia racista, que nega a existência do problema ao não registrá-lo. Compreender esse apagamento como parte de um mecanismo estruturado de manutenção da ordem dominante permite reconhecer que a marginalização da mulher negra não se restringe ao passado. Ela se reatualiza nas engrenagens contemporâneas do capitalismo e do patriarcado, assumindo novas formas dentro do projeto neoliberal. Assim, a exclusão das mulheres negras do trabalho formal, da economia e da educação não é um resquício histórico, mas uma estratégia atual de reprodução das desigualdades e de contenção do acesso à autonomia e à cidadania plena.

3.4 Educação, economia e trabalho como instrumentos de exclusão

Apesar de ser um direito fundamental garantido legalmente, o sistema educacional brasileiro tem operado historicamente como um instrumento de exclusão, perpetuando a precarização da vida e do trabalho das mulheres negras. A Constituição Federal de 1988 estabelece claramente a educação como dever do Estado e da família, visando o pleno desenvolvimento do indivíduo, seu preparo para a cidadania e a qualificação profissional (Art. 2º). Além disso, assegura a igualdade de condições para acesso e permanência na escola (Art. 3º, I), reforçada pela garantia do direito à educação ao longo da vida (Lei nº 13.632/2018).

Contudo, a trajetória da educação no Brasil tem sido marcada pela exclusão. Apenas com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996) o acesso à educação básica foi universalizado. Até então, grande parte da população negra foi privada desse direito, o que criou um fosso histórico de oportunidades.

Após a abolição, a sobrevivência familiar dependia majoritariamente do trabalho feminino, visto que os homens negros encontravam enormes dificuldades em acessar empregos estáveis, competindo com a mão de obra imigrante europeia financiada pelo Estado. Essa realidade levou meninas e adolescentes negras a ingressarem precocemente no trabalho, sobretudo como empregadas domésticas em casas de famílias brancas, tornando a escolarização inviável ou secundária. O trabalho doméstico precoce moldou suas vidas, somando exclusões interseccionais de raça, gênero e idade, consolidando um ciclo de privação de direitos (Silva, 2006; Zanetti; Sacramento, 2009 Apud Teixeira, 2021).

Essa condição é analisada por Gonzalez (2020), que aponta o racismo como ideologia e prática estrutural de manutenção da divisão racial do trabalho. Para a autora, o racismo é um dos principais critérios de articulação dos mecanismos de recrutamento no sistema de classes e estratificação social. O desenvolvimento econômico brasileiro, desigual e combinado, manteve a força de trabalho negra como massa marginal e exército de reserva (GONZALEZ, 2020, p. 96). Dessa forma, a população negra permaneceu confinada aos empregos de menor qualificação e remuneração.

A manutenção dessa exclusão se expressa ainda na “barreira do cuidado”. A Síntese de Indicadores Sociais (SIS/IBGE, 2024) mostra que o nível de ocupação das mulheres segue inferior ao dos homens, com diferença de cerca de 20 pontos percentuais. Essa disparidade é explicada, em grande parte, pela sobrecarga de trabalhos domésticos e de cuidados não remunerados, que limitam sua inserção econômica. A taxa de subutilização da força de trabalho é mais elevada para mulheres e ainda mais acentuada para negras e pardas.

Ainda que os homens geralmente ingressem no mercado de trabalho em idade mais jovem, muitas vezes em detrimento de sua educação, as mulheres são obrigadas a compensar essa desigualdade. De acordo com Carneiro (2011) as mulheres precisam de uma vantagem de cinco anos de escolaridade para ter a mesma chance de obter um emprego formal que os homens. Essa desvantagem é acentuada pela questão racial, sendo que as mulheres negras precisam de um total de oito a onze anos de estudo para atingir o mesmo padrão salarial de mulheres brancas com escolaridade muito inferior (quatro a sete anos) (CARNEIRO, 2011, p.100).

Entre os jovens de 15 a 29 anos que abandonaram a escola sem concluir o ensino médio, os motivos também diferem por sexo. Para os homens, prevalece a necessidade de trabalhar (41,8% como motivo de abandono e 58,6% para não frequentar atualmente). Já entre as mulheres, os encargos domésticos e a gravidez aparecem como principais fatores, representando 39,5% dos casos (36,3% por afazeres domésticos e cuidados e 3,1% por gravidez) (IBGE, 2024). Esses dados revelam que, enquanto os homens deixam os estudos em busca de trabalho remunerado, as mulheres são forçadas a abandoná-los por responsabilidades não remuneradas.

O impacto dessa evasão é agravado pelo baixo nível de instrução: cerca de 9,1 milhões de jovens de 15 a 29 anos deixaram a escola sem concluir a educação básica obrigatória, e 63,7% não atingiram sequer o ensino médio incompleto (IBGE, 2024). Esse processo atinge

de forma mais contundente as mulheres negras, reforçando o ciclo de exclusão escolar e precarização do trabalho.

A situação das chamadas “nem-nem” (jovens que não estudam nem trabalham) evidencia essa realidade. Em 2023, as mulheres negras representavam o maior contingente fora da força de trabalho (3,6 milhões) (IBGE, 2024). Nesses casos, a ausência de ocupação e estudo está diretamente ligada à sobrecarga doméstica. Ademais, em domicílios de baixa renda, a taxa de jovens “nem-nem” foi 7,5 vezes maior do que nos domicílios de alta renda, revelando que a pobreza amplifica esse ciclo de exclusão que afeta, de forma desproporcional, as mulheres negras (IBGE, 2024).

A autora Carneiro (2011) afirma que os mecanismos ideológicos e educacionais da sociedade conseguem impor a visão de que a mobilidade social é uma possibilidade aberta a todos, bastando para isso o esforço pessoal. Essa perspectiva mascara as causas históricas da pobreza da população negra, tornando os indivíduos excluídos em réus de sua própria condição. Além disso, ela ressalta que o sucesso individual de uma pessoa negra é instrumentalizado dentro dessa lógica individualista, o que acaba por reforçar os estigmas contra todo o grupo racial (CARNEIRO, 2011, p. 102).

Nesse contexto de acesso restrito e desigual consolidou-se uma estrutura de privilégios para a população branca, em detrimento, especialmente, das mulheres negras. Essa disparidade desmantela a ideologia da meritocracia e evidencia como a exclusão educacional manteve as mulheres negras em posições de vulnerabilidade no mercado de trabalho. Essa exclusão não é um acaso, mas sim um reflexo da história do país: um Estado que se desenvolveu por meio da exploração do trabalho escravo, não ofereceu nenhuma reparação à população negra após a abolição e continua a lhe negar a plena integração social através de variadas formas de segregação, sendo o não acesso à educação uma das mais prejudiciais. Trata-se de um longo processo que desumanizou e explorou indivíduos por séculos, culminando na sua marginalização social (CARNEIRO, 2011, p.102).

3.5 Trabalho e renda.

As consequências desse processo se expressam de maneira evidente na inserção das mulheres negras no mercado de trabalho. A desigualdade de rendimentos no Brasil é estrutural e se manifesta de maneira ainda mais intensa na trajetória dessas mulheres, em que

as discriminações de raça e gênero se sobrepõem e se reforçam mutuamente. Essa condição as mantém na base da pirâmide salarial e concentradas em ocupações marcadas pela vulnerabilidade e pela ausência de direitos. A presença da população negra é notoriamente maior em postos de trabalho de baixo prestígio e remuneração reduzida, com destaque para o trabalho doméstico, que, no quarto trimestre de 2024, absorvia 5,9 milhões de pessoas, das quais 91,9% eram mulheres (DIEESE, 2024). Nesse setor, a desigualdade racial é evidente: 63% das trabalhadoras domésticas são negras, enquanto apenas 31% são brancas (SECRETARIA DE GESTÃO DO SISTEMA NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL, 2024). Além disso, a maior parte dessas trabalhadoras não concluiu a educação básica, sendo que 61% não completaram essa etapa de ensino; entre elas, 52,4% das negras não finalizaram o ensino médio, contra 42,9% das não negras (IPEA; MIR, [s.d.]).

A concentração de mulheres negras nesse setor revela a profundidade da precarização: quase uma em cada seis ocupadas (15,5%) exerce a função de empregada doméstica, uma das categorias historicamente mais desprotegidas (DIEESE, 2024). De modo geral, 68,5% do trabalho doméstico no país é realizado por pessoas negras, sendo as mulheres negras maioria absoluta em funções como serviços de cozinha, cuidado de pessoas e demais atividades domésticas (SENAPIR, 2024). Essa realidade se agrava diante da ausência de garantias trabalhistas, já que 76,4% das trabalhadoras domésticas não possuem carteira assinada (SENAPIR, 2024). De acordo com o DIEESE (2024), o salário médio recebido pelas trabalhadoras domésticas informais é R\$ 461 inferior ao valor do salário mínimo vigente.

A configuração das unidades domésticas brasileiras também revela essa realidade, uma vez que, nos últimos dez anos, houve um aumento da proporção de lares chefiados por mulheres em arranjos familiares nucleares, passando de 56,6% para 64,5%, enquanto os domicílios sob chefia masculina apresentaram crescimento das unidades unipessoais, que saltaram de 10,8% para 18,0% (RASEAM, 2024, p. 17). Essa configuração é fundamental para compreender a vulnerabilidade econômica das mulheres negras, sobretudo daquelas que assumem sozinhas a responsabilidade pelo sustento da família. Em 2022, cerca de 4,3 milhões de mulheres chefiavam domicílios compostos por filhos(as) de até 14 anos, sem a presença de cônjuge, sendo 65,8% delas pretas ou pardas (RASEAM, 2024, p. 20). Essa realidade impõe a conciliação entre o trabalho remunerado e o reprodutivo não remunerado, restringindo as possibilidades de inserção e permanência no mercado formal.

Esse cenário de inserção desigual também se reflete nas elevadas taxas de informalidade. Em 2022, a proporção de mulheres brancas ocupadas em situação de

informalidade era de 32,6%, enquanto entre as mulheres pretas ou pardas esse índice alcançava 42,8% (RASEAM, 2024). Embora a taxa de participação no mercado de trabalho fosse relativamente próxima, com 53,9% entre mulheres brancas e 51,3% entre mulheres pretas ou pardas, as disparidades salariais eram significativas. No segundo trimestre do mesmo ano, o rendimento-hora médio apontava diferenças expressivas: homens brancos recebiam em média R\$ 23 por hora, enquanto mulheres brancas ganhavam R\$ 19. As mulheres pretas ou pardas, contudo, permaneciam na posição mais desvantajosa, recebendo os menores rendimentos (RASEAM, 2024, p. 21). Essas disparidades estruturais motivaram iniciativas legislativas recentes, como a promulgação da Lei nº 14.611/2023, conhecida como Lei da Igualdade Salarial, que busca assegurar remuneração equivalente para funções iguais, independentemente do sexo do trabalhador (RASEAM, 2024, p. 21).

A consequência dessa dupla jornada e da inserção precária no mercado manifesta-se também nos rendimentos domiciliares per capita. Entre as mulheres chefes de domicílio sem cônjuge e com filhos(as), 60,3% viviam com até meio salário mínimo per capita, índice que revela a dimensão da pobreza monetária nesse grupo. O contraste com as mulheres chefes de domicílio que contam com a presença de um parceiro é marcante, já que, entre estas, apenas 28,6% se encontravam na mesma faixa de renda (RASEAM, 2024, p. 20).

No segundo trimestre de 2024, o rendimento médio das mulheres negras era de R\$ 2.079, menos da metade do rendimento médio dos homens não negros, que atingia R\$ 4.492 (DIEESE, 2024). Essa disparidade salarial contribui para a manutenção de altos índices de pobreza, como indicam os dados do IBGE, que estimam que 33,5% das mulheres negras vivem em domicílios com rendimento per capita abaixo da linha de pobreza, percentual que atinge pouco mais de 15% das mulheres brancas (IBGE, 2019b). O Cadastro Único (CadÚnico) reforça essa vulnerabilidade ao apontar que as mulheres negras representam a maior parcela dos cadastrados em todas as faixas de renda, correspondendo, entre a população economicamente ativa de 18 a 65 anos, a 42% das pessoas registradas (SENAPIR, 2024).

Esse quadro não decorre do acaso, mas de um mecanismo seletivo que articula desigualdade racial e educacional. Segundo Carneiro (2011), as novas vagas do mercado formal exigem, no mínimo, 11 anos de escolaridade, patamar que ainda não foi alcançado por grande parte da população negra em razão das desigualdades históricas no acesso à educação. A autora aponta que a média de escolaridade entre brancos é de 6,6 anos, enquanto entre negros é de apenas 4,4 anos (CARNEIRO, 2011, p. 113). Nesse sentido, as exigências educacionais funcionam, na prática, como um filtro racial que, “a despeito das intenções, é o

que ele realiza”. Mesmo quando negros e brancos possuem as mesmas qualificações, os primeiros são frequentemente preteridos em processos seletivos e, quando contratados, recebem salários inferiores pelo exercício das mesmas funções (CARNEIRO, 2011, p. 114-115). Essa lógica garante que os mais escolarizados sejam absorvidos prioritariamente pelo mercado, enquanto os historicamente excluídos permanecem em desvantagem, perpetuando desigualdades que se refletem diretamente na renda.

Essa precarização das ocupações, somada à limitação educacional, explica por que muitas mulheres negras, diante da impossibilidade de ascenderem em outros setores, acabam buscando alternativas igualmente precarizadas, como o trabalho na reciclagem.

4. RESISTÊNCIA E PROTAGONISMO: autonomia e organização coletiva

Claudete Pagotto (2019) aponta que a expansão das cooperativas de trabalho no Brasil, a partir da década de 1990, representa um marco distinto em relação ao cooperativismo tradicional, historicamente vinculado ao setor agroindustrial e às políticas agrárias hegemônicas. De acordo com a autora, essas novas formas de organização se apresentam como experiências coletivas de produção, mas, em muitos casos, acabam operando como estratégias que disfarçam relações de exploração capitalista. Tal exploração se expressa na esfera da circulação, onde a aparência de igualdade entre “cooperados” oculta a reprodução das mesmas hierarquias e desigualdades estruturais que caracterizam o trabalho subordinado sob o capitalismo (PAGOTTO, 2019, p. 442)

A trajetória de Cecília, 46 anos, fundadora da cooperativa de reciclagem, exemplifica a precarização do trabalho e a busca por autonomia de mulheres negras, historicamente confinadas a um ciclo restrito de oportunidades. Sua experiência evidencia as dificuldades impostas por um mercado de trabalho que, muitas vezes, oferece apenas o “mínimo do mínimo” em troca da “máxima carga de serviço”, refletindo a profunda desigualdade de gênero e raça no Brasil.

A análise apresentada neste capítulo é baseada na cooperativa de reciclagem em Campinas e nas vivências de Cecília e cooperados, buscando compreender como suas trajetórias são atravessadas por desigualdades de gênero, raça e classe. Serão analisados aspectos históricos, como o processo de inserção das mulheres no mercado de trabalho; simbólicos, como formas de resistência e organização social na cooperativa; e políticos, como estratégias de sobrevivência e transformação social. O objetivo é evidenciar como, mesmo inserida em uma sociedade capitalista excludente, Cecília e demais conseguem construir autonomia, criar redes de apoio e promover mudanças em sua vida e na vida da comunidade.

Como observa Saffioti (1976), as mulheres entram no sistema capitalista em posição de desvantagem, agravada pela interseção de raça e classe, que as situa nos setores mais explorados e desvalorizados do trabalho. Teixeira (2021) aponta que, embora essa condição ainda não tenha sido superada por muitas mulheres, sobretudo em contextos de crise econômica de características neoliberais, o significado de provisoriidade do trabalho doméstico passou a ganhar força (TEIXEIRA, 2021, p.32). Essa condição não necessariamente garantiu ascensão social, mas impulsionou a busca por alternativas igualmente precarizadas, como a coleta de recicláveis, permitindo alguma autonomia frente à exploração.

A experiência de Cecília em Campinas reflete de forma concreta como a intersecção de gênero, raça e classe define os limites de inserção no trabalho. Sua história, assim como a de outras mulheres negras migrantes, demonstra como é possível, mesmo em espaços marginalizados, construir formas coletivas de resistência e sobrevivência, por meio da organização e da cooperação no trabalho de reciclagem.

4.1 Entre a precarização e a busca por autonomia.

A migração de mulheres nordestinas para o Sudeste do país, em busca de melhores condições de vida, constitui um movimento que historicamente expressa a articulação entre gênero, classe e raça nas formas de inserção no trabalho. Conforme aponta Teixeira (2021), com base nos estudos de Silva e Oliven (2010 apud TEIXEIRA, 2021), as desigualdades regionais e a baixa qualificação profissional empurraram grande parte dessas mulheres para ocupações socialmente desvalorizadas, como o trabalho doméstico. Mesmo diante da diversificação das origens e perfis das trabalhadoras ao longo das décadas de 1970 e 1980, a marca racial permaneceu central, consolidando o trabalho feminino negro e migrante como um dos pilares da reprodução social nas cidades do Sudeste (TEIXEIRA, 2021, p. 30-31).

Essa dinâmica migratória e ocupacional se aproxima da trajetória de Cecília, cuja vinda de Ilhéus, na Bahia, para Campinas (SP), há cerca de vinte anos, insere-se nesse mesmo fluxo histórico. Ao chegar à região, Cecília enfrentou as mesmas limitações de acesso ao trabalho que atingiam mulheres com seu perfil social e racial (TEIXEIRA, 2021, p. 30). Suas experiências profissionais, que passaram de babá a auxiliar de limpeza e, posteriormente, à reciclagem, evidenciam que a combinação entre a falta de qualificação formal e a escassez de vagas disponíveis tende a confinar o trabalho feminino negro e migrante a funções essenciais, porém pouco reconhecidas, na reprodução social urbana.

Neste contexto, a reciclagem surge não como uma vocação, mas como uma alternativa de sobrevivência e uma alternativa à exploração direta. A migração da Bahia para Campinas foi impulsionada pela falta de trabalho, e a reciclagem, que "dava dinheiro" naquela época, tornou-se a única opção viável. O trabalho inicial era exaustivo: no início, ela, o marido e o cunhado recolham materiais no centro de Campinas, trabalhando de madrugada, uma rotina que os fazia dormir às 3h ou 4h da manhã para começar a mesma rotina às 8h da manhã do mesmo dia. A reciclagem se tornou uma escolha apenas porque, naquela época, ela "dava dinheiro" e era uma forma de sobrevivência.

A busca de Cecília por novos caminhos, que resulta na fundação da cooperativa de reciclagem alguns anos depois, reflete o padrão de inserção no trabalho majoritariamente destinado a mulheres negras no Brasil, caracterizado pela precarização e pela limitação de ascensão.

Conforme analisa Lélia Gonzalez (2020), mulheres negras são sistematicamente direcionadas a ocupações manuais e de serviços, seja em ambientes rurais ou urbanos. Sua presença é massiva em cargos que demandam trabalho braçal, frequentemente com baixa remuneração e alta informalidade. Em contraste, a proporção de mulheres brancas nesses setores é significativamente menor (GONZALEZ, 2020, p. 98.). Essa exclusão é reforçada pela dificuldade de acesso a posições que exigem contato direto com o público e que, na prática, utilizam o requisito de "boa aparência" como código para a preferência racial dominante. Desse modo, a discriminação de sexo e raça converge para fazer das mulheres negras o segmento mais explorado e oprimido da sociedade brasileira, limitando drasticamente suas possibilidades de progresso (Gonzalez, 2020, p. 97).

A experiência de Cecília ilustra essa dinâmica. Sua vida no mercado de trabalho foi marcada pela diversidade de atividades tradicionalmente ocupadas por mulheres negras, como babá, auxiliar de limpeza e vendedora informal (lingerie e bolacha), além de períodos em outras cooperativas. Antes de fundar sua própria cooperativa, Cecília passou por empregos caracterizados pela instabilidade e pela exploração. Ela relata que não gosta de se submeter a ordens ou sobrecarga:

Não gosto de trabalhar pra ninguém, não gosto que ninguém fale... que fique mandando em mim. A pessoa te contrata para fazer uma coisa e te coloca pra fazer várias. No shopping mesmo me contrataram como auxiliar de limpeza e lá eu fui auxiliar de cozinha, eu fui, eu servia suco, chope, aí quando a menina da cozinha faltava eu ia lavar louça, quando a moça da fritura faltava eu ia fazer aquelas marmitinhas de lanche para as pessoas levarem pra casa. Então não era auxiliar de limpeza, eu era um faz tudo e o salário era aquilo pequenininho, mas você fazia de tudo ali dentro. (Cecília, entrevista, 2025).

Cecília acrescenta que “é humilhante isso”, o quanto os empregadores esperam que o trabalhador execute o máximo de funções com o mínimo de remuneração. Segundo ela, “é receber máxima carga de serviço e mínimo de direitos” (Cecília, entrevista, 2025). A experiência em empregos formais mostrava-se exaustiva e desvalorizante. Ela descreve, por exemplo, uma vaga em que teria que sair de casa às quatro horas da manhã, chegar ao trabalho às sete e permanecer até às 23h, recebendo apenas 500 reais e uma cesta básica, com a promessa de um vale de 100 reais caso não faltasse nenhum dia. Sobre essa situação, Cecília

comenta: “Eu falei: a escravidão já passou! o que eu faria com 550 reais? Sai fora” (Cecília, entrevista, 2025).

Além disso, Cecília lembra de outras tentativas de emprego em que o deslocamento tornava a rotina insustentável. Um dos locais exigia saída de casa às quatro da manhã para chegar ao trabalho, retornando somente às 16h, enquanto outra oportunidade oferecia turno noturno, o que implicaria chegar em casa à 1h da manhã e acordar três horas depois para iniciar a jornada seguinte (Cecília, entrevista, 2025).

Essas vivências expressam, de forma concreta, o que Silvia Federici (2019) descreve ao afirmar que, sob o capitalismo, a relação entre trabalhador e empregador é marcada por uma exploração mascarada pela aparência de justiça

Sob o capitalismo, todo trabalhador é manipulado e explorado, e sua relação com o capital é totalmente mistificada. O salário dá a impressão de um negócio justo: você trabalha e é pago por isso, de forma que você e seu patrão ganham o que lhes é devido, quando na realidade, o salário, em vez de ser o pagamento pelo trabalho que você realiza, oculta todo o trabalho não pago que resulta no lucro. [...] Ter um salário significa fazer parte de um contrato social, e não há dúvidas a respeito do seu significado: você não trabalha porque gosta, ou porque é algo que brota naturalmente dentro de você, mas porque é a única condição sob a qual você está autorizado a viver. Explorado da maneira que for, você não é esse trabalho. (FEDERICI, 2019, p. 42).

O salário, embora pareça uma compensação pelo trabalho realizado, na realidade oculta o trabalho não pago que gera o lucro e perpetua a desigualdade. Como destaca a autora, o trabalho assalariado não se configura como uma escolha livre ou prazerosa, mas como uma condição socialmente imposta para garantir a sobrevivência. Ao classificar a proposta de emprego como “escravidão”, Cecília rejeita justamente esse princípio que Federici (2019) analisa, o de que o salário é a única condição sob a qual o indivíduo está autorizado a viver, independentemente do grau de exploração (FEDERICI, 2019, p. 42).

Diante desse histórico de trabalhos precarizados, a possibilidade de fundar e atuar na cooperativa de reciclagem representou um alívio significativo. A iniciativa permitiu a Cecília organizar sua rotina, assumir responsabilidades próprias e evitar a exploração típica dos empregos anteriores, oferecendo-lhe autonomia, controle sobre os horários e uma forma de trabalho que, embora ainda inserida em condições precárias, garante um mínimo de dignidade e conforto.

A formalização da Cooperativa de Trabalho de Catadores de Materiais Recicláveis (nome fictício para fins de confidencialidade) localizada em um bairro periférico de Campinas, foi criada após cerca de quinze anos de espera por regularização e estruturação. O

projeto surgiu a partir da iniciativa de um grupo de mulheres moradoras da região que buscavam transformar a atividade informal de coleta de materiais recicláveis em um trabalho organizado e reconhecido. Idealizada por Cecília e outras sete mulheres, a proposta nasceu da necessidade de criar alternativas de renda mais estáveis e de conquistar certa autonomia diante da precarização do mercado formal. Desde sua fundação, a cooperativa experimentou variações em seu quadro social: iniciou com sete pessoas, atingiu o pico de 28 integrantes e, atualmente, mantém um grupo de 12 trabalhadores.

Hoje, a cidade conta com 13 cooperativas de reciclagem, responsáveis pela triagem e pelo reaproveitamento dos materiais recicláveis (ABREMA, 2024). A cooperativa em questão integra esse contexto, funcionando de segunda a sexta-feira, das 7h50 às 16h, com uma hora destinada ao almoço. O espaço físico, o terreno e parte dos equipamentos utilizados foram cedidos pela prefeitura, que também fornece vale-transporte para os cooperados que residem em bairros mais distantes. No entanto, segundo Cecília, essa colaboração institucional é bastante limitada: “A prefeitura deu o terreno e o material pra trabalhar, mas no dia a dia é tudo a gente que se organiza. Eles quase não aparecem” (Cecília, entrevista, 2025). Assim, a manutenção das atividades cotidianas depende majoritariamente da autogestão e do esforço coletivo dos trabalhadores.

O ingresso de novos cooperados ocorre por meio de um cadastro realizado na secretaria. Quando há vagas disponíveis, o candidato inicia as atividades imediatamente; caso contrário, é incluído em uma lista de espera. Não há exigência de experiência prévia nem critérios de seleção baseados em gênero ou cor, conforme explica Cecília: “Querem pessoas que queiram trabalhar, independentemente de ser preto, azul, homem ou mulher” (Cecília, entrevista, 2025). Atualmente, o grupo é composto por cinco homens e sete mulheres, distribuídos nas diferentes etapas do processo produtivo. O trabalho é organizado por tipo de material: plástico, vidro, papelão, lata e madeira, e cada mesa é responsável por uma parte específica da triagem. Após a separação, os resíduos são prensados e pesados para comercialização. Cecília comenta: “Eu fico no plástico, é como uma terapia pra mim” (Cecília, entrevista, 2025).

Apesar de não ser uma preocupação explicitamente formulada, a fundação da cooperativa representa um ato de protagonismo feminino que revela transformações significativas no perfil das mulheres negras. Embora o modelo cooperativista não reproduza as hierarquias típicas dos empregos formais inseridos na lógica capitalista, observa-se

internamente uma reorganização de papéis e funções que, ainda que sutis sob a ótica do capital, têm grande relevância histórica e simbólica.

De acordo com levantamento do Consimares (Consórcio Intermunicipal de Manejo de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana de Campinas), 68,42% das pessoas que atuam na coleta, triagem e comercialização de resíduos urbanos (papel, plástico, vidro e alumínio) são mulheres, enquanto 31,57% são homens. O último relatório elaborado pela Prefeitura de Campinas (2010), confirma essa tendência ao apontar que, nas organizações de reciclagem, as mulheres predominam, invertendo o cenário observado nas ruas, onde os homens são maioria. Essa inversão pode ser compreendida, em parte, pelo fato de que muitas mulheres buscam maior estabilidade por meio do trabalho doméstico. No entanto, nas cooperativas de triagem de materiais recicláveis em Campinas, o percentual de mulheres cooperadas ultrapassa 80%, o que evidencia um processo de feminização do trabalho na reciclagem (PREFEITURA DE CAMPINAS, 2010).

A trajetória de Cecília e das demais fundadoras da cooperativa, muitas delas ex-trabalhadoras domésticas, dialoga com o que Teixeira (2021) identifica como os limites impostos a essas trabalhadoras. Esses limites não apenas restringem o acesso a determinados espaços, como também dificultam a saída deles (TEIXEIRA, 2021, p.36). O trabalho com a reciclagem, portanto, surge como alternativa de renda e de relativa autonomia financeira, ainda que continue atravessado por precarização, preconceito e invisibilidade social. Para muitas mulheres negras, essa movimentação não representa ascensão de classe, mas uma mobilidade social horizontal, caracterizada pelo deslocamento dentro de um mesmo contexto de vulnerabilidade e exclusão (CARNEIRO, 2011, p. 114). Em uma sociedade estruturada por padrões racistas, sexistas e classistas, esses corpos permanecem destinados a espaços de marginalização, mesmo quando organizados coletivamente. Nesse sentido, as cooperativas de catadoras de materiais recicláveis configuram-se como territórios de resistência, acolhimento e reinvenção. A partir da organização coletiva, especialmente entre mulheres, emergem não apenas formas de sobrevivência digna, mas também possibilidades concretas de ruptura com os ciclos históricos de desigualdade.

Essa ruptura também se expressa nas novas gerações. Na cooperativa, a presença de duas jovens mulheres negras, entre 19 e 24 anos, ambas cursando o ensino superior, exemplifica essa mudança. Na função de secretárias, uma delas relatou que começou a atuar na cooperativa como estágio e, após acompanhar de perto os desafios e avanços da organização, decidiu permanecer quando foi efetivada. Filha de empregada doméstica, contou

que encontrou nos estudos uma forma de romper com o destino social que marcara a trajetória de sua mãe, que dizia: “não quero que você tenha a mesma vida que eu”.

Esse relato dialoga com as reflexões de Pinheiro (2019, apud TEIXEIRA, 2021), que analisa o processo de “transição demográfica” das trabalhadoras domésticas, ressaltando que ele não ocorre de forma homogênea entre mulheres brancas e negras. Ainda que haja uma saída gradual das jovens do trabalho doméstico, essa mudança é mais intensa entre as mulheres brancas, que possuem maiores níveis de escolaridade e, portanto, acesso a outras oportunidades. Os dados reforçam essa tendência: o percentual de estudantes negras e negros passou de 34,2% em 2003 para 51,2% em 2018. Em 2001, pessoas negras representavam 22% dos estudantes do ensino superior, proporção que subiu para 43,7% em 2015. Quando observadas apenas as mulheres, a participação das mulheres negras aumentou de 22,3% em 2012 para 28% em 2017, aproximando-se das mulheres brancas, cuja taxa caiu de mais de 34% para 28,9% (SILVA, 2020 apud SENAPIR, 2023).

Ainda assim, as desigualdades permanecem expressivas. Segundo o Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o percentual de pessoas pretas com nível superior completo passou de 2,1% para 11,7%, enquanto entre as pardas o índice foi de 2,4% para 12,3% (IBGE, 2022). Esses dados revelam uma quebra parcial do movimento histórico que, por gerações, vinculou filhas de empregadas domésticas ao mesmo destino de suas mães.

Teixeira (2021) explica que a combinação entre gênero e classe social faz com que muitas mulheres das periferias brasileiras permaneçam em ocupações socialmente desvalorizadas, como o trabalho doméstico. Essa vinculação foi historicamente reforçada por práticas como a “entrega das filhas” a famílias de maior renda, em troca de moradia e alimentação, o que frequentemente interrompia sua trajetória escolar e limitava suas possibilidades de ascensão. No entanto, a partir da década de 1990, observa-se uma mudança significativa nesse cenário. Segundo Fraga (2011, apud TEIXEIRA, 2021), para muitas mulheres jovens, o trabalho doméstico deixou de representar uma condição de continuidade quase automática para as filhas de trabalhadoras domésticas, passando a ser, em muitos casos, uma ocupação temporária ou transitória. Essa transformação reflete o esforço dessas jovens em romper com o ciclo de reprodução da desigualdade, buscando novos caminhos profissionais e ampliando as perspectivas de autonomia e mobilidade social. Ainda assim, como observa Teixeira (2021), a estrutura social segue condicionando essas mulheres a funções associadas ao cuidado, sustentadas por uma naturalização das desigualdades de

gênero e pela ausência de apoio concreto à sua formação e independência. (TEIXEIRA, 2021, p.31).

Ainda que as mudanças observadas sejam graduais, elas se tornam perceptíveis quando analisadas em uma perspectiva geracional. Silvia Federici (2017) reforça essa compreensão ao defender que a superação das opressões de gênero passa pela redefinição coletiva das formas de reprodução social e pela construção de alternativas às lógicas de exploração vigentes. Assim, mesmo pequenas, as transformações vivenciadas por mulheres como Cecília e as jovens da cooperativa expressam rupturas concretas e simbólicas na reprodução das desigualdades históricas que marcam o trabalho feminino e negro no Brasil.

4.2 Recusando a escravidão: Da auxiliar de limpeza à chefe de si mesma

A organização coletiva representa a materialização do desejo de Cecília de ser a “chefe” de si mesma. Ela buscou ativamente um espaço de trabalho horizontal, “onde não haja chefes”, que lhe possibilita exercer suas funções com autonomia e maior controle sobre a própria rotina.

Cecília valoriza especialmente a proximidade entre casa e local de trabalho, que lhe permite evitar o transporte público lotado e ter mais autonomia no dia a dia: “Eu saio de casa, atravesso a rua e já estou aqui. Não pego ônibus cheio, não tenho que me apertar com ninguém... estou perto de casa e, na hora que quiser almoçar, eu vou” (Cecília, entrevista, 2025). Essa condição, que pode parecer simples, representa uma vantagem significativa diante da realidade da maioria dos trabalhadores brasileiros. De acordo com dados do Censo 2022 (IBGE), 67% dos trabalhadores levam cerca de 30 minutos para chegar ao trabalho, e 10% gastam entre 1 e 2 horas no deslocamento, um tempo que aumentou desde 2010. Além disso, há desigualdades raciais nesse trajeto cotidiano: enquanto a maioria da população branca (42,9%) utiliza o automóvel como principal meio de transporte, entre a população preta predomina o uso do ônibus (29,5%), o que reforça as diferenças de acesso e mobilidade no mundo do trabalho.

No cotidiano do grupo, o trabalho ocorre de maneira autogestionada, sem chefes ou hierarquias formais. Cada integrante é responsável pelo próprio posto e pelas decisões coletivas que orientam as atividades. Segundo Cecília, “Cooperativa não tem chefe. Você é seu chefe, assume seu lugar de trabalho e sabe sua função. Tem gente que espera ser

mandado, mas não era pra ser assim. Você trabalha pra você mesmo” (Cecília, entrevista, 2025). Essa estrutura horizontal confere às trabalhadoras um sentimento de autonomia e pertencimento, porém dentro de um contexto de forte precarização.

De acordo com Pagotto (2019), o modo como o trabalho em cooperativas se organiza baseia-se no pagamento por peça, em que o trabalhador é remunerado conforme sua produção individual ou pelo número de horas dedicadas para alcançar determinado volume de peças (PAGOTTO, 2019, p.448). Nesse contexto, observa-se dinâmica semelhante: a remuneração é calculada conforme a produção e os dias trabalhados, sem salário fixo. Antes da divisão dos valores, são descontadas as despesas com energia, água, internet e manutenção do espaço. O restante é rateado entre os cooperados, como explica Isabel: “Você vende o material, paga os gastos e o que sobra é dividido. Cooperativa não tem salário, tem sobras. “No início, o ganho era partilhado igualmente, mas, com o tempo, passou a ser definido por produtividade, o que levou algumas pessoas a desistirem” (Cecília, entrevista, 2025)

O valor recebido depende diretamente da quantidade e do preço de venda dos recicláveis, frequentemente reduzidos. Cecília comenta que, em alguns momentos, “não dá nem pra comprar um quilo de açúcar”, destacando também a pressão exercida por empresas que buscam adquirir o material por valores ainda menores. Ela relata que algumas pessoas tentam comprar “por fora” a preços mais baixos e que certas empresas da região já propuseram colocar caçambas dentro da cooperativa para que as trabalhadoras separassem vidros e vendessem diretamente a elas. No entanto, essas propostas exigiriam maior esforço, pois incluíam tarefas como retirar rótulos e tampas, além de quebrar o vidro de maneira específica, tudo por cerca de quarenta e cinco centavos por unidade. Cecília questiona a viabilidade e a segurança desse tipo de acordo: “Ele ia colocar a caçamba no terreno, mas se quebra uma garrafa ou um vidro e machuca algum dos funcionários, ele iria cuidar do prejuízo? (Cecília, entrevista, 2025). Para ela, essa situação evidencia que “quem mais tem empresa e pode pagar, explora”, reforçando as desigualdades nas relações econômicas estabelecidas entre cooperativas e o mercado formal.

É nesse contexto que a cooperativa organiza seu trabalho por meio do rateio, forma de remuneração baseada na divisão das receitas obtidas com a venda dos materiais após a dedução dos custos operacionais. Esse modelo, embora fundado em princípios de solidariedade e autogestão, acaba por reproduzir as vulnerabilidades típicas do trabalho informal. Isso ocorre porque o arranjo das cooperativas, segundo Pagotto (2019), não apenas repete um modelo de organização de trabalho precário, mas também disfarça uma relação de

exploração no momento da circulação dos bens, utilizando a ilusão de que o trabalhador está se libertando do assalariamento. Embora alguns vejam nessa “liberação” a construção de cidadania, inclusão social ou até mesmo a possibilidade de um “novo modo de produção”, a ambiguidade permanece: se, por um lado, essa “outra economia” mascara a exploração, por outro, pode atuar como ferramenta de mobilização e organização de movimentos sociais (PAGOTTO, 2019, p. 442-443).

Nos períodos de menor coleta, especialmente no inverno, a escassez de materiais intensifica as dificuldades. Para evitar que alguém fique sem renda, os cooperados organizam revezamentos: “Quando falta material, a gente revezava: um dia fulano, outro dia ciclano, pra não mandar ninguém embora, porque todo mundo aqui precisa.” Além das dificuldades financeiras, as condições de trabalho envolvem riscos físicos, como cortes com vidro e incêndios causados pelo calor e tempo seco. “Se quebra uma garrafa, alguém pode se machucar. E se pegar fogo, é perigoso” (Cecília, entrevista, 2025). Mesmo os equipamentos necessários à produção demandam esforço coletivo para manutenção: a empilhadeira, por exemplo, precisou ser consertada com recursos próprios do grupo.

Ainda que o modelo cooperativista proporcione certo grau de liberdade financeira e independência em relação ao trabalho doméstico ou a empregos formais subordinados, ele revela a continuidade das relações desiguais que atravessam o trabalho popular feminino. Como observa Federici (2021), a exploração do trabalho das mulheres assume formas diversas, mas mantém a mesma lógica de desvalorização. No trabalho doméstico, a ausência de remuneração oculta a apropriação do tempo e da energia das mulheres sob o pretexto da obrigação moral ou do afeto, tornando invisível ao capital o trabalho de reprodução da força de trabalho (FEDERICI, 2021, p. 71). Na cooperativa, a exploração é visível, mas igualmente precária: o salário é substituído pelas “sobras”, e o retorno financeiro é tão baixo que se aproxima simbolicamente da ausência de pagamento.

A precarização decorre diretamente das diversas formas de flexibilidade do trabalho, impulsionadas pela tendência crescente de destruição dos direitos e das garantias sociais (PAGOTTO, 2019, p. 444). Nesse sentido, a autora (2019), observa que a nova condição de trabalho se caracteriza por uma constante fragilização contínua de direitos e garantias sociais, convertendo-se integralmente em precariedade e destituída de qualquer certeza de continuidade. O trabalhador que vivencia essa situação ocupa uma posição ambígua, entre ter uma ocupação e não tê-la, e enfrenta um reconhecimento jurídico incerto em relação às proteções sociais. Esse cenário é marcado pela flexibilidade, desregulação das relações de

trabalho e ausência de direitos. Para o trabalhador, parte mais vulnerável dessa relação, a flexibilização não representa avanço ou riqueza, mas sim um fator de risco agravado pela falta de garantias. Nessa dinâmica de desgaste, a força de trabalho permanece totalmente desprotegida, seja quanto à segurança do emprego atual, seja quanto ao futuro e à renda, pois não há amparo nos períodos em que o trabalhador não está ocupado (VASAPOLLO 2005, apud PAGOTTO, 2019, p. 444). O trabalho na reciclagem oferece autonomia política e dignidade, mas não rompe com a vulnerabilidade econômica historicamente associada ao trabalho das mulheres negras. Entre o emprego doméstico e a cooperativa, o que se altera é o modo de gestão; o que permanece é a desigualdade que atribui ao esforço feminino um valor mínimo, mesmo quando ele é essencial à reprodução da vida e da cidade.

A condição de não remuneração assalariada e o subdesenvolvimento constituem elementos centrais do planejamento capitalista, tanto em nível nacional quanto internacional, funcionando como meios de obrigar trabalhadores e trabalhadoras a competir no mercado e a acreditar que seus interesses são divergentes e até contraditórios (FEDERICI, 2021, p. 39). Nesse contexto, a lógica capitalista força o trabalhador a viver de uma forma ou de outra, explorado ao máximo, com jornadas extensas e sem vida social, para garantir um salário que permita a sobrevivência; sem isso, segundo essa lógica, o trabalhador “não é ninguém”.

No caso de Cecília, a compreensão dessa dinâmica, consciente ou inconsciente, levou-a a recusar a submissão a esse sistema. A opção pela cooperativa, embora implique baixos ganhos e instabilidade, representa uma alternativa percebida como preferível ao trabalho doméstico ou à subordinação direta a um chefe. Essa escolha expressa-se no desejo de autonomia e na recusa explícita de ser comandada: “Não gosto de trabalhar pra ninguém, não gosto que ninguém fale... que fique mandando em mim. Não quero trabalhar pra ninguém, não quero que ninguém fique na minha orelha, faz isso faz aquilo, quero não. Você tem que trabalhar pra você mesmo e o dinheiro que você vai dar pros outros você vai dar pra você mesmo” (Cecília, entrevista). Outros cooperados manifestaram sentimentos semelhantes, confessando a Cecília que também não desejavam permanecer em trabalhos de limpeza, cozinha ou como serventes, justamente por não quererem ser subordinados.

Cecília e os demais cooperados, a partir de suas experiências, compreenderam essa dinâmica e encontraram maneiras de contorná-la, mesmo que em um contexto limitado, resistindo à exploração imposta pelo capital. Eles recusam a subordinação e buscam formas de autonomia, desafiando a lógica que obriga o trabalhador a se sacrificar ao máximo para garantir sua sobrevivência. No entanto, essa compreensão possui um caráter parcial e

inconsciente, pois Cecília, ao mesmo tempo que rejeita a exploração para si, não percebe que outras pessoas podem escolher não seguir a mesma lógica por possuírem outras opções ou circunstâncias distintas. Ela comenta, por exemplo, que “com esse Bolsa Família aí o povo não quer trabalhar, dá preguiça, acha que 600 reais é dinheiro” (Cecília, entrevista). Essa afirmação revela a contradição: embora se afaste da exploração capitalista em sua própria experiência, Cecília reproduz, de forma implícita, o discurso neoliberal que naturaliza a ideia de que o esforço individual é a única via de acesso à sobrevivência e ao reconhecimento social.

Federici (2021) argumenta que, embora Marx tenha demonstrado que o salário esconde o trabalho não pago transformado em lucro, a própria medida do trabalho pelo salário falha em revelar a subordinação total das relações sociais às relações de produção capitalistas. O salário ou sua ausência permite ao capital ocultar a verdadeira duração da jornada de trabalho. O trabalho passa a ser visto apenas como uma atividade isolada, realizada em horários e locais específicos, enquanto o tempo gasto na “fábrica social”, seja na preparação para o trabalho, nos deslocamentos ou na recuperação da força de trabalho por meio de “refeições rápidas, sexo rápido, filmes etc.”, é falsamente apresentado como lazer ou escolha individual, quando, na realidade, contribui integralmente para a produção e reprodução do capital (FEDERICI, 2021, p. 38).

Como observa Cecília em relação à sua condição na cooperativa: “Eu ganho pouquinho, mas para Deus é muito e quando chegar a época de ganhar é Deus também vai prosperar” (Cecília, entrevista). Essa afirmação evidencia a percepção de que, mesmo com baixos rendimentos, a autonomia conquistada sobre seu próprio trabalho representa uma forma de resistência à lógica de exploração capitalista.

4.3 Burocracia e persistência coletiva

A criação da cooperativa foi um processo demorado, atravessado por entraves burocráticos e pela falta de interesse político do poder público. A ideia inicial partiu de Maria, integrante de outra cooperativa de reciclagem, que convidou trabalhadores e trabalhadoras da região para se reunirem e discutir a formação de um novo grupo. Foram diversos encontros e tentativas de formalização que, segundo Cecília, “nunca saíam do papel”. Ela e Maria buscaram o apoio da prefeitura para conseguir um terreno, mas enfrentaram uma série de dificuldades. “A prefeitura não facilitou. Diziam ‘não é aqui não’, ficavam jogando a gente de

um lugar pro outro, como brincadeira de batata quente, pra ver se desistíssemos. Mas a gente não desistiu” (Cecília, entrevista).

A demora na formalização se deveu, sobretudo, à dificuldade em obter o CNPJ e à morosidade na tramitação dos documentos exigidos pelos órgãos públicos. “O CNPJ era necessário pra dar entrada na junta comercial, depois fomos pra Receita Federal pra fazer o estatuto e aí saiu o terreno. Agora temos CNPJ e não tem mais o que enrolar” (Cecília, entrevista). A resistência enfrentada por Cecília e suas companheiras, entretanto, expressa mais do que simples burocracia: revela a face estrutural de um sistema que opera para manter determinadas parcelas da população em condição de subalternidade e exclusão. A lógica capitalista, sustentada pela desigualdade e pela concentração de poder, depende da manutenção de grupos inteiros na vulnerabilidade social e econômica, garantindo, assim, a reprodução de relações hierarquizadas de trabalho e cidadania.

Como observa Carneiro (2011), a formulação de políticas públicas no Brasil historicamente ignora as desigualdades raciais, perpetuando a marginalização das populações negras e periféricas. Embora exista algum reconhecimento oficial sobre a gravidade da desigualdade racial, as ações concretas “não ultrapassam, via de regra, os gestos simbólicos ou a retórica bem-intencionada” (CARNEIRO, 2011, p. 50-55). As pesquisas realizadas por órgãos como o Ipea demonstram que o mito da democracia racial serviu por décadas para mascarar a exclusão sistemática da população negra, legitimando políticas universalistas incapazes de alterar o padrão de desigualdades entre negros e brancos (CARNEIRO, 2011, p. 54). Essa estrutura, segundo a autora, é simultaneamente social, racial e de classe, configurando um “imperativo de ordem econômica” que mantém metade da população fora do acesso pleno ao consumo e ao desenvolvimento, o que impacta também a consolidação democrática do país (CARNEIRO, 2011, p. 55).

No caso de Cecília, a postura do poder público expressa esse mesmo desinteresse estrutural: “Na prefeitura tinha um rapaz que disse que estavam enganando a gente, que era pra ir em tal e tal lugar e conversar com fulano. Chegando lá, ele se escondeu e não queria receber. Ele queria receber só uma, e eu falei: não, você vai receber nós todas” (Cecília, entrevista). O descaso institucional e a ausência de apoio técnico ou político reforçam a exclusão das iniciativas autônomas de base popular, ao mesmo tempo em que revelam a lógica de um Estado que naturaliza a desigualdade e a precariedade como condições legítimas de existência para determinadas classes.

A insistência de Cecília e de suas companheiras em fundar uma cooperativa autogerida representa, portanto, uma forma concreta de resistência a essa lógica. Como afirma Gonzalez (2020) mesmo que as transformações sociais recentes tenham ampliado o espaço das mulheres na sociedade brasileira, essa “universalização abstrata encobre a realidade vivida, e duramente, pela grande excluída da modernização conservadora imposta pelos donos do poder no Brasil pós-1964: a mulher negra” (GONZALEZ, 2020, p. 100). A luta pela formalização da cooperativa, assim, ultrapassa a busca por uma fonte de renda: constitui-se como um enfrentamento direto à estrutura social e econômica que historicamente confina as mulheres negras à servidão e à invisibilidade.

A economia solidária no Brasil se estrutura a partir de três eixos principais: o caráter filantrópico do “terceiro setor”, a ênfase na geração de trabalho e renda como política de desenvolvimento, e a busca pela autogestão e autonomia. No entanto, como destaca Pagotto (2019) o sucesso e a consolidação dessas iniciativas dependem da articulação com políticas de governo, sindicatos e universidades, o que demonstra a importância desse suporte institucional para que o modelo possa de fato desafiar a lógica econômica tradicional (PAGOTTO, 2019, p. 452).

Ainda assim, Cecília e suas companheiras demonstraram que a resistência coletiva pode superar a ausência desse apoio. A superação dos obstáculos burocráticos e institucionais só foi possível graças à persistência e à organização das mulheres envolvidas. Cecília reconheceu que, ao unir forças com outras trabalhadoras, tornava-se mais capaz de enfrentar as barreiras impostas por um sistema que desestimula a ação popular: “Eu observei que quando é você sozinha você não consegue, quando você se junta mais a maioria, entendeu?! Uma pessoa só não vai dar certo, vão enganar ela. Aí quando você se junta, mais uma, mais uma, você é mais forte” (Cecília, entrevista).

Essa compreensão foi reforçada por uma vivência em um coletivo de formação política: “Quando você é sozinha você fraqueja, quando você está com mais alguém, você é mais forte, foi onde eu fui buscar apoio, você sozinho não vai pra lugar nenhum” (Cecília, entrevista). Essa experiência sintetiza um aprendizado essencial: a consciência de que a transformação não ocorre de forma individual, mas a partir da força coletiva e da solidariedade construída na prática.

Como analisa Falkembach (2006, p. 154), citando Ortega (2000b, p. 58), a amizade e a união, quando orientadas a um objetivo comum, deslocam-se da esfera privada para o espaço

público, tornando-se “um exercício do político” e uma forma de “re-traçar e re-inventar o político”. Tal prática cria um espaço de liberdade capaz de acolher a pluralidade de sujeitos e relações, promovendo novas formas de sociabilidade e de ação coletiva. A experiência da cooperativa, nesse sentido, não apenas revela a força das mulheres diante da exclusão institucional, mas também demonstra o potencial político da organização coletiva como estratégia de resistência e de reconstrução do comum.

Como reforça Gonzalez (2020) a organização é elemento fundamental em qualquer projeto de transformação social, pois permite articular forças individuais em práticas coletivas que produzem mudanças concretas na realidade (GONZALEZ, 2020, p. 267). O “novo cooperativismo”, segundo Pagotto (2019) emerge das experiências e concepções forjadas no interior do movimento sindical dos anos 1990, o que revela sua origem ligada à luta por direitos e à valorização da ação coletiva. Nesse mesmo sentido, observa-se que “é o trabalhador a base de sustentação material e simbólica do sindicato” (ANTUNES, 2014, p. 366 apud PAGOTTO, 2019, p. 447), e que a desmobilização provocada pelas políticas neoliberais e pela fragilização institucional compromete não apenas o aspecto financeiro, mas também o simbólico, pois enfraquece a legitimidade da ação coletiva e dissemina valores individualistas entre os próprios trabalhadores.

A força de Cecília e de suas companheiras, portanto, nasce do aprendizado de que, quando organizadas coletivamente, as mulheres ampliam sua capacidade de pressão e alcançam conquistas que seriam inalcançáveis individualmente. Essa prática, ainda que inserida em um contexto micro, reafirma o potencial transformador do cooperativismo como base concreta do pensamento de coletividade e de resistência à lógica excludente do capital.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise sobre o trabalho das mulheres negras catadoras de material reciclável evidencia as contradições estruturais da formação social brasileira, marcada pela intersecção entre capitalismo, patriarcado e racismo. Essas trabalhadoras, historicamente relegadas à invisibilidade e à exclusão, representam a continuidade de processos de subordinação herdados do período escravista e reconfigurados nas dinâmicas contemporâneas do mercado de trabalho. A ausência de políticas públicas eficazes e o descaso institucional diante de suas condições de vida e trabalho expressam o funcionamento de uma lógica econômica que depende da marginalização de determinados grupos sociais para se sustentar.

Ao longo deste estudo, tornou-se evidente que compreender o trabalho das catadoras exige romper com leituras universalizantes sobre o “feminino” e o “trabalhador”. O discurso universalista tende a homogeneizar experiências e a apagar as especificidades das mulheres negras, cuja vivência é marcada por uma sobreposição de desigualdades de gênero, raça e classe. Assim, pensar o trabalho feminino sem considerar as determinações raciais significa reproduzir as mesmas estruturas que sustentam a exclusão e a hierarquização social.

A pesquisa demonstrou que, mesmo inseridas em contextos de precarização e discriminação, essas mulheres constroem formas de resistência cotidiana e coletiva. A organização em cooperativas surge como uma alternativa concreta para garantir a reprodução da vida social de maneira mais autônoma, ainda que parcialmente desvinculada das imposições do sistema capitalista. No entanto, a natureza dual dessas experiências também se revela: ao mesmo tempo em que as trabalhadoras assumem o controle da produção e da gestão, transformando as relações sociais internas, permanecem condicionadas às demandas e determinações do mercado. Apesar dessas contradições, as cooperativas representam espaços de solidariedade, de aprendizado e de fortalecimento das mulheres negras como protagonistas de suas próprias histórias.

É fundamental conferir destaque aos feitos dessas mulheres do povo, reconhecendo-as não apenas como objeto de estudo, mas como sujeitos ativos, produtores de conhecimento e construtores de alternativas sociais. As entrevistas realizadas revelaram que, embora tenham criado uma cooperativa do zero com pouca escolaridade formal, muitas catadoras afirmavam não ter “capacidade” de cursar uma faculdade por acreditarem que não conseguiriam “aprender”. Essas falas escancaram como o racismo e o patriarcado operam na desvalorização

simbólica e emocional das pessoas negras desde a infância, quando meninas e meninos negros são confrontados com uma realidade que limita suas possibilidades de sonhar e de se perceberem como sujeitos de saber.

Nesse sentido, é urgente valorizar o que essas mulheres constroem. Como enfatiza Gonzalez (2020), a intelectualidade deve evitar o “abstracionismo” das “altas teorias” e se aproximar da realidade concreta, reconhecendo que as mulheres negras são “inteligentes” e possuem uma “capacidade de percepção” superior sobre a dinâmica social, justamente porque vivenciam diretamente as contradições do sistema. Essa perspectiva rompe com a hierarquia entre teoria e prática e reafirma a importância de uma produção de conhecimento comprometida com o olhar e a experiência das trabalhadoras.

Mais do que uma discussão sobre o trabalho informal, este TCC buscou evidenciar as estratégias de resistência e de produção de sentido elaboradas pelas catadoras, que reafirmam sua existência em um sistema que insiste em negá-las. A presença dessas mulheres nos territórios urbanos não é apenas uma resposta à exclusão, mas também uma afirmação política: elas transformam o descarte em valor, a invisibilidade em voz e o território em espaço de luta, pertencimento e reconstrução coletiva.

Conclui-se, portanto, que pensar o trabalho das catadoras de material reciclável é reconhecer a centralidade das mulheres negras na manutenção e na transformação das dinâmicas urbanas e sociais. Apesar das tentativas históricas de apagamento, elas seguem produzindo vida, solidariedade e resistência, desafiando as estruturas que buscam silenciá-las. Reconhecer sua força e sua inteligência é um passo essencial para repensar o trabalho, o território e a própria produção do saber, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, plural e verdadeiramente emancipadora.

REFERÊNCIAS

- ACIOLI, Socorro. Entrevista. In: *Cadernos de Literatura em Prosa*. São Paulo: Editora Ficcional, 2023. p. 76.
- ARAÚJO, P. G. A. Mãe preta ou mucama: a mulher negra na casa-grande. *Revista de Estudos Culturais*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 11-25, jan./jun. 2013.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE RECICLAGEM (ABREMA). *Relatório do Setor de Reciclagem 2024*. [S.l.: s.n.], 2024.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RESÍDUOS E MEIO AMBIENTE (ABREMA). *Campinas no topo da limpeza urbana paulista*. São Paulo, 20 mar. 2025. Disponível em: <https://www.abrema.org.br/2025/03/20/campinas-no-topo-da-limpeza-urbana-paulista/>. Acesso em: 16 out. 2025.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISADORES E PESQUISADORAS EM EDUCAÇÃO (ANPEd); UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB). *Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. Brasília, DF: ANPEd; UnB, 2016. 64 p. Disponível em: [Insira o link de acesso da publicação]. Acesso em: 16 out. 2025.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CATADORES E CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (ANCAT). *Atlas brasileiro da reciclagem - 2022*. São Paulo: ANCAT, 2022. Disponível em: <https://ancat.org.br/wp-content/uploads/2025/06/Relatorio-Atlas-2022.pdf>. Acesso em: 16 out. 2025.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Diário da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 6 abr. 2025.
- BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). *Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável: Região Sudeste*. Brasília: Ipea, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10023>. Acesso em: 16 out. 2025.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 16 out. 2025.
- BRASIL. Ministério da Igualdade Racial. Secretaria de Gestão do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Diretoria de Avaliação, Monitoramento e Gestão da Informação. *Informe MIR - Monitoramento e avaliação - nº 2 - Edição Mulheres Negras*. Brasília: MIR, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/composicao/secretaria-de-gestao-do-sistema-nacional-de-promocao-da-igualdade-racial/diretoria-de-avaliacao-monitoramento-e-gestao-da-informacao/informativos/informe-edicao-mulheres-negras.pdf>. Acesso em: 16 out. 2025.
- BRASIL. Ministério da Igualdade Racial. Secretaria de Gestão do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial. *Informe: edição mulheres negras*. [S. l.]: Ministério da Igualdade Racial, 2024. Disponível em: [Insira o link público do documento]. Acesso em: 30 set. 2025.
- BRASIL. Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. *Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (RASEAM) - 2024*. Brasília, DF: Ministério das Mulheres, 2024. Disponível em: [Insira o link público do documento]. Acesso em: 16 out. 2025.

BRASIL. Ministério das Mulheres. *Relatório Anual Socioeconômico da Mulher – RASEAM 2025*. Brasília: Ministério das Mulheres, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/>. Acesso em: 10 set. 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Boletim Mulheres no Mercado de Trabalho*. [Brasília]: MTE, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/publicacoes/boletim_mulheres_8m_20250307.pdf. Acesso em: 15 out. 2025.

BRUSCHINI, Cristina. *O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes*. Estudos Feministas, Rio de Janeiro, v. 2, n. E, p. 179-199, 2. sem. 1994.

BRUSCHINI, Cristina. *Trabalho feminino: um balanço histórico e perspectivas*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1994.

CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023. 220 p.

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

DAVIS, Angela. *Mulheres, cultura e política*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2017.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). *Apesar dos avanços, desigualdade racial de rendimentos persiste: Boletim Especial 20 de Novembro - Dia da Consciência Negra*. São Paulo: DIEESE, nov. 2024. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2024/conscienciaNegra.html>. Acesso em: 16 out. 2025.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). *Boletim 'De Olho nas Negociações' n. 49, out. 2024*. São Paulo: DIEESE, 2024. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimnegociacao/2024/boletimnegociacao49.html>. Acesso em: 16 out. 2025.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). *Mulheres Negras no Mercado de Trabalho 2024*. São Paulo: DIEESE, 2024.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). *Trabalhadoras Domésticas*. São Paulo, 2025. Infográfico. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/infografico/2025/trabalhadorasDomesticas.html>. Acesso em: 30 set. 2025.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). *Trabalho Doméstico*. São Paulo, 2025. Boletim Especial. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2025/trabalhoDomestico.pdf>. Acesso em: 30 set. 2025.

FALKEMBACH, M. F. O espaço de liberdade na ação coletiva: a invenção do político no cooperativismo popular. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n. 1, p. 147-172, jan./abr. 2006.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução Coletivo Sycorax. 2. ed. São Paulo: Elefante, 2023.

- FEDERICI, Silvia. *O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2021.
- FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.
- FEDERICI, Silvia. *Revolução à beira do fogão: o trabalho reprodutivo e a luta pela vida*. São Paulo: Elefante, 2021.
- FLICK, Uwe. *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Organização de Flavia Rios e Márcia Lima. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- IBGE. Agência de Notícias. *Automóvel é o meio de transporte mais utilizado no deslocamento para o trabalho*. Rio de Janeiro, 9 out. 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/44713-automovel-e-o-meio-de-transporte-mais-utilizado-no-deslocamento-para-o-trabalho>. Acesso em: 16 out. 2025.
- IBGE. Agência de Notícias. *Censo 2022: proporção da população com nível superior completo aumenta de 6,8% em 2000 para 18,4% em 2022*. Rio de Janeiro, 26 fev. 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/42742-censo-2022-proporcao-da-populacao-com-nivel-superior-completo-aumenta-de-6-8-em-2000-para-18-4-em-2022>. Acesso em: 16 out. 2025.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Boletim Mulheres no Mercado de Trabalho 2025* (Com base na PNAD Contínua e na RAIS). [S.l.: s.n.], 2025.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2022: Características gerais dos domicílios e moradores*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019b.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. *Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2024*. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: [Insira o link de acesso da publicação]. Acesso em: 16 out. 2025.
- IPEA; MIR. *Retrato da Desigualdade de Gênero e Raça no Brasil*. [S.l.: s.n.], [s.d.].
- KEMMIS, S.; MC TAGGART, R. *The Action Research Planner*. Victoria: Deakin University Press, 1986. apud ELIA, M. C. G.; SAMPAIO, H. M. M. Pesquisa-ação na perspectiva dos estudos organizacionais. *Organizações e Sociedade*, Salvador, v. 8, n. 21, p. 245-260, maio/ago. 2001.
- LERNER, Gerda. *A criação da história patriarcal: das origens à Idade Média*. São Paulo: Cultrix, 2020.
- LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. Tradução de Luiza Sella. 1. ed. São Paulo: Cultrix, 2019.
- MIES, Maria. *A teia da vida: uma nova ética para o desenvolvimento, o meio ambiente e a paz*. São Paulo: Elefante, 2022.
- MIES, Maria. *Patriarcado e acumulação primitiva*. São Paulo: Editora da Cultura, 2020.

MIES, Maria. *Patriarcado & acumulação em escala mundial: mulheres na divisão internacional do trabalho*. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Ema Livros: Timo, 2022.

NASCIMENTO, Beatriz. *O quilombo e a cidade: a questão da mulher negra no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Zahar, 2021.

NASCIMENTO, Beatriz. *Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos*. Organização de Alex Ratts. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

PAGOTTO, Carla. Autogestão em cooperativas: desafios à autonomia do trabalho. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV*. São Paulo: Boitempo, 2019. p. [Inserir intervalo de páginas se disponível no original].

PAGOTTO, Carla. O cooperativismo no Brasil: a dualidade entre exploração e resistência. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 27, n. 71, p. 441-457, ago. 2019.

PEREIRA, Bruna Cristina Jaquette; GOES, Fernanda Lira (org.). *Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional*. Rio de Janeiro: IPEA, 2016.

PREFEITURA DE CAMPINAS. *Relatório de Diagnóstico da Coleta Seletiva*. Campinas: Secretaria Municipal do Meio Ambiente, 2010.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976.

SARTORI, Flávio Luiz; SAMPAIO, Eliete Aparecida Bueno. *Perfil das pessoas que vivem dos materiais recicláveis coletados nas ruas da cidade de Campinas*. Campinas: Prefeitura Municipal de Campinas, Secretaria de Trabalho e Renda, 2010.

SECRETARIA DE GESTÃO DO SISTEMA NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. *Mulheres Negras em números*. Brasília: SENAPIR, 2024.

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL (SEPPIR/PR); IPEA; SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (SPM/PR); ONU MULHERES. *Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. Brasília: SPM/PR, 2013.

TEIXEIRA, Juliana Cristina. *Trabalho doméstico*. São Paulo: Jandaíra, 2021. (Feminismos Plurais).

TEIXEIRA, Juliana F. *Mulheres Negras no Mercado de Trabalho*. São Paulo: Editora da Periferia, 2021.